

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — N: 12 — Quinzenal — 10 de setembro de 1982 — Cr\$ 50,00

Recado do Lula



A alta dos aluguéis

Quando nós dizemos que é o próprio Governo um dos maiores responsáveis pela alta do custo de vida no Brasil, estamos dizendo a verdade.

Vejam o caso dos aluguéis.

Em primeiro lugar, temos o BNH, que se chama Banco Nacional da Habitação mas que, na realidade, é o banco das grandes empresas construtoras, nacionais e multinacionais. O BNH está tentando impor, a todo custo, reajuste semestral das prestações. Se isso passar, os pobres que compram casa pelo BNH vão ficar mais pobres e ainda vão acabar ficando sem casa.

Em segundo lugar, temos o índice de reajuste anual de aluguéis imposto pelo Governo. A previsão é de que esses índices serão de 93,33% em outubro, 95,90% em novembro e 98,69% em dezembro. E até um assessor do próprio Ministério do Trabalho já foi obrigado a confessar que os salários dos trabalhadores vêm crescendo bem abaixo da inflação.

Os trabalhadores precisam tomar consciência de que devem organizar-se para participar das decisões políticas do País. Só assim é que poderá ser traçada uma política habitacional nacional que favoreça os moradores e não as grandes empresas construtoras.

Direita sobe no Líbano

P. 2

antonio anarco-fagundes

P. 7

O Brasil em greve



Os operários da Monark, em São Paulo (Foto: Juca Martins / F4)

As greves voltam em todo o País. A maioria, contra as demissões em massa em todos os setores da produção.

No Paraná, os professores da rede estadual de ensino estão conseguindo paralisar a maioria das escolas. No Espírito Santo, os funcionários da Saúde param pela readmissão de seus companheiros demitidos. Em Volta Redonda (RJ), os funcionários dos hospitais particulares impediram a demissão de centenas de colegas. Em São Paulo, dez empresas metalúrgicas tiveram as atividades paralisadas por greves pela readmissão de demitidos. As mais importantes foram a da Monark e a da Persianas Colúmbia.

P. 4

Lucro de bancos é incrível!

P. 3

Adiado congresso da UNE

P. 5

Comissão operária na ativa

P. 4

Maranhão está acabando

Última

Delegados querem o I Conclat

Está marcada para estes dias 11 e 12 de setembro a realização de reunião da Comissão Nacional Pró-CUT. A ela, deverão comparecer os representantes das Comissões Intersindicais de quinze estados que participaram do Encontro de São Paulo de 28 e 29 de agosto.

Durante este encontro, os 88 participantes decidiram defender em Brasília as seguintes posições, entre outras: que a data do Conclat seja estabelecida na reunião de Brasília, que o Conclat se realize em S. Paulo, que o mandato da Comissão Nacional Pró-CUT seja considerado extinto a partir de agosto, que a nova Comissão seja eleita em plenárias convocadas pelas Intersindicais eleitas este ano, que sua posse seja no dia 17 de outubro e que seja elaborada nova Carta de Princípios para a nova Comissão Nacional Pró-CUT

P. 4



Reunião intersindical em São Paulo (Foto: Vera Lúcia)

Niterói diz não



Em protesto contra as demissões que já deixaram sem trabalho 4 mil funcionários de estaleiros de Niterói (RJ), o Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade realizou passeata até a subdelegacia regional do Trabalho. Ali, o presidente do Sindicato, Abdias José dos Santos, leu um manifesto da categoria.

No documento, fatos graves são denunciados: graças às 4 mil demissões, os estaleiros de Niterói quadruplicaram seu lucro e a jornada de trabalho dos operários passou a ser de 11 horas diárias. A média salarial do setor não ultrapassa três salários mínimos, há cerca de 12 mortes por acidente de trabalho por ano.

Foto: Cultural

Veto à cédula oficial

Através de seu líder na Câmara Federal, deputado Aírton Soares, o Partido dos Trabalhadores entrou no Supremo Tribunal Federal com pedido de mandado de segurança contra o modelo de cédula eleitoral aprovado pelo Governo no Congresso, com a ajuda do PMDB, que deu quórum para que o assunto fosse votado.

Mais prejudica

A cédula do Governo é a que mais prejudica os eleitores: nela não estão impressos os nomes dos candidatos a governador, senador e prefeito e nem há lugar para se escrever o nome do partido de preferência do votante.

Leia o editorial na página 2 e noticiário.

P. 3



Passeata contra a cédula do Governo (Foto: Vera Lúcia)

PT intensifica campanha eleitoral

P. 6

Editorial

Cédula e regime

O Governo conseguiu o que queria: aprovar o seu modelo de cédula eleitoral, sem nomes impressos dos candidatos nem lugar para nome dos partidos.

O objetivo do Governo é claro. Pesquisas e votações simuladas realizadas pelo País mostraram que a cédula do Governo é demorada e difícil de preencher. Isso quer dizer que vão aumentar os atrasos, as ausências, o índice de abstenção. Além disso, a obrigatoriedade do voto vinculado, combinada com o não-preenchimento do nome do partido, aumentará o número de votos nulos.

Mais uma coisa: apesar de assinaturas de mesários na cédula, o modelo aprovado é a porta aberta para uma espécie de voto domiciliar. Com a desculpa da dificuldade, os cabos eleitorais do PDS, os agentes do Governo, os "coronéis" e os chefes comprometidos com o regime, vão usar de todas as chantagens para "ensinar" o voto aos eleitores, isto é, tentar votar por eles.

Ainda mais: a cédula sem nome impresso de candidato e partido vai permitir todo tipo de fraude nas apurações, principalmente nas regiões em que os partidos de oposição não tenham suficientes recursos para fiscalizar de perto cada seção eleitoral, cada junta apuradora, cada urna, cada cédula, cada voto.

A cédula malandra que o Executivo impôs à Nação com a cumplicidade da maioria do Congresso não é um golpe isolado. É o último — por enquanto! — de uma série de chicanas todas elas destinadas a garantir a vitória do regime: exigências absurdas para constituição de partidos políticos, voto vinculado, alteração de bancadas parlamentares, proibição de voto apenas na legenda, manutenção da Lei Falcão e de inúmeras restrições à propaganda oposicionista.

E tudo isso aliado às arbitrariedades que o regime continua cometendo, à corrupção eleitoral de que o PDS é autor e beneficiário, à repressão, judicial ou não, aos oposicionistas mais combativos... Enfim, o regime está preparando a saída para o seu impasse histórico e político: ou ganha à força ou vai tentar melar o resultado.



Mas há um registro que não pode deixar de ser feito.

É o comportamento do PMDB ou, pelo menos, de considerável parte dele — nesse episódio da cédula eleitoral do Executivo. É estranho que esse partido — que se diz o maior da oposição; que, às vezes, até com arrogância procura impor seus nomes aos demais partidos; que já se considera vitorioso em alguns Estados — é estranho, repetimos, que o PMDB

faça declarações contrárias à cédula mas, às vésperas da sessão do Congresso, tenha decidido liberar seus parlamentares para poderem comparecer e, assim, concretamente ajudar o Executivo a aprovar o seu modelo.

O PMDB já havia causado estranheza na opinião pública quando, com incontrolável sofreguidão eleitoreira, acolheu, em suas fileiras, notórias figuras ligadas a esse regime de repressão e corrupção que há 18 anos infelicitou o povo brasileiro. E, para justificar esse oportuno pragmatismo, inventou uma estranha teoria do voto útil, como se o voto de um cidadão fosse uma espécie de bombril, que tem mil utilidades...

Mas agora é pior. Ajudando o regime a aprovar no Congresso o casuismo da sua cédula — que favorece o Governo e prejudica as oposições — o PMDB resvalou para o perigoso limite entre pragmatismo oportuno e oportunismo pragmático. Inclinou-se para aquela linha duvidosa entre a franqueza e a mentira, a sinceridade e a representação, a resistência e a obediência, a "oposição do sim" e a "oposição do sim senhor"...

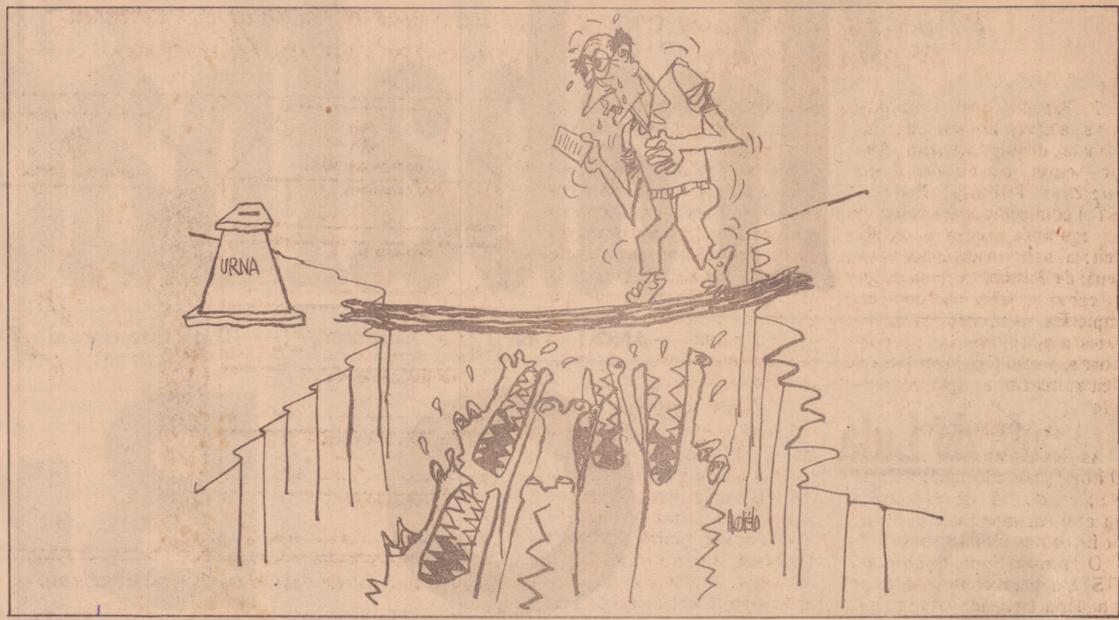
Pois, participando, como o fez, da votação no Congresso, o PMDB cortou pela raiz qualquer possibilidade posterior de impugnação, por via judicial, do casuismo do regime; de derrubada da cédula pela arguição da sua inconstitucionalidade, fartamente provada por advogados e juristas; e de mobilização ampla e popular contra a tentativa que o regime está fazendo para anular ou fraudar as eleições.

Que isso tudo nos sirva de advertência e lição a nós, trabalhadores deste País.

De um lado, o regime, que tenta conturbar o processo eleitoral para sair ganhando de qualquer jeito. Do outro lado, o partido que se diz o principal de oposição, fazendo discursos bonitos mas recusando exatamente na hora agá, para igualmente sair ganhando de qualquer jeito.

Que poderemos esperar diante desse quadro? O que nos aguarda nas cidades e nos Estados em que o PMDB eventualmente vença as eleições? Como confiar em quem, nos momentos mais cruciais, confunde essa confiança?

Nós, trabalhadores, não podemos e não devemos esperar nada senão de nós mesmos. Essa a grande lição a tirar desse triste espetáculo, em que, no palco, PDS e PMDB votam juntos o mesmo casuismo, e, na plateia, nós, malvestidos, malalimentados, suados, enganados, traídos, cansados de servir de massa de manobra para elites "mais preparadas", reafirmamos que só temos as nossas próprias mãos para rebentar os grilhões que nos aprisionam há tanto tempo.



Internacional

No Líbano, sobe a direita

O novo Governo libanês é apoiado pelo Governo de Israel

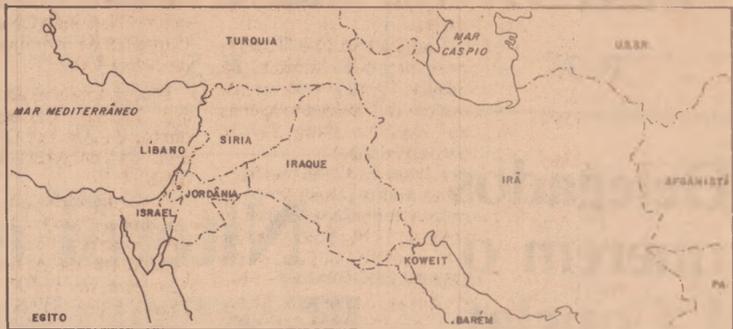
A retirada dos palestinos de Beirute e a eleição do novo presidente libanês, Bechir Gemayel, marcam o início de uma nova etapa para o Líbano. Mas é praticamente impossível que essa nova etapa seja uma caminhada em direção à paz.

Na realidade, a retirada dos combatentes palestinos representa a saída de apenas um dos grupos armados que nos últimos anos estiveram em conflito no Líbano. Continuam lá agora vários outros grupos: os Falangistas, comandados pelo novo presidente Bechir Gemayel, que é um cristão maronita; a Brigada Marada, liderada pelo ex-presidente Suleiman Franjeh, também cristão maronita e rival de Gemayel; os "Tigres", ligados ao ex-primeiro-ministro Camille Chamoun, outro cristão, que agora apoia Gemayel; os Murabitun, grupo muçulmano sunita; a Milícia Amal, que é xiita; e as forças leais ao Partido Socialista Progressista, controlado por um grupo de muçulmanos. Não falar do exército da Síria no vale de Bekaa e das forças israelenses que ocupam o sul do país e cercam Beirute. Bechir Gemayel, o novo presidente, não tem a menor condição de pacificar o

Líbano. A Falange, o grupo político-militar que ele lidera, é uma organização fascista. Foi fundada pelo pai dele, Pierre Gemayel, e é a principal organização da burguesia cristã maronita, que controla a vida econômica e política do Líbano desde sua independência em 1941.

Foi a Falange que desencadeou a guerra civil em 1975, quando viu a hegemonia da burguesia cristã maronita ameaçada pelo poderio militar dos palestinos, aliados da esquerda libanesa. A Falange sempre teve simpatia por Israel. Mas, a partir de 1977, quando Menachem Begin se tornou primeiro-ministro, a Falange libanesa passou a ser uma aliada incondicional do Governo israelense. A eleição de Bechir Gemayel para a presidência, assim como a retirada dos combatentes palestinos de Beirute, é um resultado imediato da invasão israelense do Líbano e serve aos interesses de Menachem Begin.

O que Bechir Gemayel quer, desde o começo da guerra civil há sete anos, é restaurar a hegemonia da burguesia cristã maronita. Por isso, a única paz que ele pode e vai tentar trazer para o Líbano é a paz dos cemitérios. Uma falsa paz imposta pelo terror e mantida pela opressão.



Repressão na Polônia

O Governo pró-soviético da Polônia reprimiu com brutalidade as manifestações promovidas por trabalhadores de diversas cidades polonesas em comemoração ao segundo aniversário de fundação do sindicato "Solidariedade". Pelo menos três trabalhadores foram mortos e mais de duzentos presos. Intensificou-se o estado marcial e numerosas ameaças foram feitas contra a população.

Argentina — "A fome não sabe esperar." Essa declaração faz parte de um manifesto de uma das três Centrais Sindicais argentinas, a Confederação Geral do Trabalho (CGT-Brasil). No manifesto, pede-se: congelamento dos preços da comida, aumento de salários, reativação da econômica e aumento de empregos. Outra central sindical, a CGT-Azopardo, fez declarações semelhantes. O aumento de salários recentemente concedido pelo novo governo argentino decepcionou os trabalhadores.

Há algumas semanas, o novo Governo argentino decidiu autorizar o funcionamento de partidos políticos.

Colômbia — O Governo da Colômbia, numa atitude que causou surpresa, decidiu dialogar com os guerrilheiros em atividade no país.

O Governo criou uma comissão, formada por ex-presidentes e por Gerardo Molina, ex-candidato de esquerda à presidência, para entrar em contato com os dirigentes do M-19, o principal grupo guerrilheiro.

Chile — O Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), na ilegalidade desde o golpe contra Allende, em 1973, lançou um manifesto propondo uma ofensiva popular, democrática e revolucionária contra o Governo do ditador Pinochet, que completa nove anos no poder, dia 11 de setembro.

No manifesto, o MIR exige liberdade para os presos políticos, volta dos exilados, controle do custo de vida e reorganização e democratização das Forças Armadas.

A ofensiva contra o Governo, proposta pelo MIR, constitui-se de greves nacionais, marchas de fome, não pagamento de contas de água e luz, ocupação de casas, sabotagens e tomada de alimentos de supermercados.

Desemprego — Dirigentes sindicais mexicanos denunciaram o desemprego no México, agravado pela desvalorização do peso, em função das medidas tomadas pelo Governo para enfrentar a dívida externa.

José Guadalupe Casas disse que a Ford já despediu 1.100 trabalhadores e reduziu em 17.000 veículos a produção deste ano; Joaquim Zapata disse que uma das fábricas da General Motors será fechada por sessenta dias a partir de setembro, desempregando 1.200 trabalhadores.

Renovação de assinaturas

Termina este mês o primeiro período semestral de assinaturas do Jornal dos Trabalhadores. Assim, os assinantes que estiverem nessas condições e desejarem continuar recebendo o jornal deverão renovar suas assinaturas, semestrais ou anuais. Para isso, devem procurar os filiados do Partido dos Trabalhadores em seus Municípios, ou, simplesmente, preencher o cupom publicado nesta página, remetendo a quantia correspondente conforme instruções.

Pergunta e Resposta

Para ver sua pergunta ou dúvida respondida nesta seção, escreva para **Jornal dos Trabalhadores — seção Pergunta e Resposta**, rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707, São Paulo, SP.

É verdade que os candidatos não podem ser presos?

De acordo com a legislação eleitoral, a partir do dia 31 de outubro, nenhum candidato poderá ser detido ou preso, salvo em caso de flagrante delito. Em época eleitoral, os eleitores também gozam de alguns direitos, além do de votar: ainda segundo a legislação, a partir do dia 10 de novembro, e até o dia 17 de novembro, nenhum eleitor poderá ser detido ou preso, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou por desrespeito a salvo-conduto.

O que devo fazer no caso de ser despedido do emprego, para garantir ao máximo os meus direitos legais?

A primeira recomendação é a seguinte: quando você for despedido, peça baixa na Carteira de Trabalho, a não ser que você esteja doente. Outros conselhos úteis são: nunca assinie nenhum documento em branco ou que você não tenha lido cuidadosamente e entendido. Às vezes, os documentos podem parecer muitos longos, mas é preciso que se leia tudo com atenção. Se você encontrar dificuldades para entender o que está escrito em qualquer documento, procure o advogado do sindicato ou algum outro de sua confiança. É bom sempre estar documentado a respeito de horas extras que você possa ter realizado. Para isso, guarde todos os envelopes de pagamento de cada mês com você e apresente-os em caso de necessidade.

Assine o Jornal dos Trabalhadores

- Cr\$ 1.000,00 por 24 números
- Cr\$ 500,00 por 12 números

Nome

Profissão Idade

Endereço (rua, número)

Cep Cidade Estado

Assinale o tipo de assinatura que você quer e envie este cupom juntamente com um cheque nominal em nome de Perseu Abramo. Remeter para **Jornal dos Trabalhadores — ASSINATURAS** — Rua Andréa Paulinetti, 558, Cep 04707, São Paulo, SP. Tel.: 531-0618.

Cartas

Recebemos do leitor **Nilton Manoel da Cruz**, do Rio de Janeiro, uma carta na qual ele faz considerações acerca da campanha eleitoral do PT em seu Estado. Nilton acha que a propaganda através das pichações está muito concentrada nos nomes dos candidatos a governador e senador. Segundo eles, quase não há pichações dos candidatos aos cargos legislativos.

Nilton também alerta sobre a ausência de temas que digam respeito ao problema dos negros na campanha do PT. Ele argumenta que a maioria dos trabalhadores brasileiros é constituída de negros ou descendentes de negros e que, portanto, os assuntos sobre a questão racial devem merecer atenção especial do PT. E sugere: como o Partido se propõe a defender os direitos dos negros, como se posiciona sobre os programas de televisão que depreciam a imagem dos

negros, como se pode introduzir nos currículos escolares matérias referentes à cultura negra?

Finalmente, Nilton Manoel da Cruz afirma que a campanha do PT ainda está muito tímida e que é preciso que ele seja mais ousado para se mostrar como "partido guerreiro, corajoso e que defende realmente os direitos dos trabalhadores".

O **Jornal dos Trabalhadores** recebeu do Núcleo-Centro do PT de Campinas um documento de avaliação das atividades do diretório do Partido daquela cidade de São Paulo. O documento, segundo seus autores, pretende contribuir para a democracia interna do diretório. O **Jornal dos Trabalhadores** encaminhou o trabalho do núcleo para a Executiva Municipal do PT.

Jornal dos Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT Nacional. Quinzenário Reg. 055615/82. Publicação da Universal S/C Ltda (CGC: 47.826.904/000134) Redação e Administração — Rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707 — São Paulo — SP — Brasil — Tel. 531-0618

Editor responsável: Perseu Abramo (reg. prof. 5436, mat. sind. 1085). Administração: Francisco Rodrigues Martins, Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh, Produção Gráfica: Elifas Andreotto, Cid Marcondes de Oliveira, Sérgio Ali. Fotografia: Samuel Lavelberg, Bio Zena, Rosa Gauditano.

Composição e Fotolito: Editora Letra Ltda Rua Arthur de Azevedo, 1.977 — Tel. 212-5061 Imprensa: Cia. Editora Jorúes, rua Gastão da Cunha, 49 — Tel. 531-8900

Ação contra cédula oficial

PT pede mandado de segurança para vetar o modelo do general Figueiredo, que o PMDB ajudou a aprovar no Congresso

O Partido dos Trabalhadores, através do seu líder na Câmara, deputado federal Ailton Soares, entrou dia 9 no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de mandado de segurança contra a cédula eleitoral sancionada pelo presidente da República. Essa cédula, como se sabe, não contém, impressos, os nomes dos candidatos majoritários ou proporcionais, e nem tem lugar para o eleitor marcar a sigla do partido.

A aprovação

As discussões sobre a cédula eleitoral mais adequada para as eleições de 15 de novembro agitaram a imprensa e os meios políticos nos últimos meses.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a quem compete regular a matéria, havia elaborado, com base em sugestões de diversos políticos, um modelo de cédula em que a cada partido corresponderia uma cor e um número, e que continha, impressos, os nomes dos candidatos majoritários e as siglas dos partidos, cabendo ao eleitor, apenas, assinalar com uma cruz o candidato e o partido de sua preferência.

Políticos de oposição consideraram que, dada a obrigatoriedade do voto vinculado, imposta pelo Executivo num de seus casuismos, esse modelo é o que melhor atenderia à exigência da lei e o que melhor atenderia ao eleitorado, por sua facilidade de preenchimento.

Políticos de oposição consideraram que, dada a obrigatoriedade do voto vinculado, imposta pelo Executivo num de seus casuismos, esse modelo é o que melhor atenderia à exigência da lei e o que melhor atenderia ao eleitorado, por sua facilidade de preenchimento.

O Executivo, porém, percebeu que essa cédula poderia facilitar a vitória eleitoral das oposições, uma vez que a tendência dos eleitores mais conscientes dos grandes centros urbanos é a de votar contra o Governo e contra o partido do Governo, que é o PDS.

Para evitar o voto contra o PDS, o Executivo resolveu tirar a sigla partidária da cédula, confundindo o eleitor e aumentando a anulação de votos por

dificuldade de preenchimento.

Para conseguir isso, o Executivo enviou ao Congresso, em regime de urgência, outro modelo de cédula — aparentemente mais simples — mas que na verdade dificulta o seu preenchimento pelo eleitor consciente e facilita o voto de cabresto. O modelo do Governo só tem lugar para o eleitor escrever, de próprio punho, os nomes dos candidatos ou os seus números, sem indicação do partido.

No Congresso

Desde o primeiro instante, o PT foi o único partido que protestou violentamente contra o modelo do general Figueiredo e prestigiou o modelo do TSE.

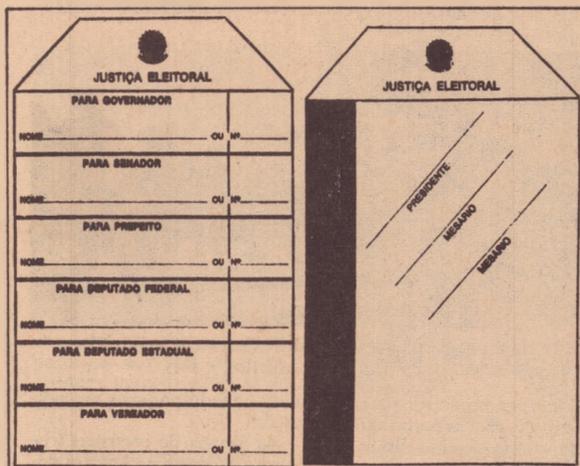
O PMDB, embora também tenha-se pronunciado, em discursos, contra o modelo do Executivo, liberou sua bancada para comparecer à sessão de votação no Congresso. Com isso, na prática, o PMDB ajudou a dar "quorum" para a votação, e concretamente, ajudou o regime a impor o seu modelo de cédula, contra os interesses da oposição e do eleitorado popular do País.

No dia seguinte ao da aprovação, pelo Congresso, do modelo de cédula do general Figueiredo, o PMDB já colocava na rua, em várias Capitais, os seus quadros para "explicar", isto é, para fazer propaganda de seus candidatos com o modelo do Governo, preparado previamente.

A contrário, o PT vem mantendo, desde o princípio, sua linha de coerência na defesa dos interesses populares. No dia da votação do modelo Figueiredo no Congresso, o PT fez mobilizações populares contra mais esse casuismo. Em São Paulo, organizou uma passeata com cerca de cinco mil pessoas, que teve grande apoio popular.

Tribunal

Continuando com sua linha de coerência, agora o PT entrou no Supremo Tribunal Federal



Esse é o modelo de cédula do general Figueiredo

com o pedido de mandado de segurança contra o modelo Figueiredo, aprovado pelo Congresso com a ajuda do PMDB e sancionado pelo presidente da República. Se o STF conceder o mandado, deverá vigorar a cédula elaborada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que contém os nomes dos candidatos majoritários e dos partidos.

Na mesma ocasião, o líder do PT na Câmara Federal também entrou com representação, na Justiça Eleitoral, para exigir das emissoras de Televisão e Rádio que deem aos partidos de oposição o mesmo direito de utilização de horários, até agora só concedido ao general Figueiredo para fazer propaganda eleitoral do PDS.

Carta

Numa das últimas emissões do programa dominical "O Povo e o Presidente", transmitido pela Rede Globo, o general Figueiredo desancou a oposição chamando-a de "cega, amante de criticável violência verbal e provocadora de agitação social".

O líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal, deputado Ailton Soares, mandou uma carta para a Rede Globo onde pedia, nos termos da Lei de Imprensa vigente, que fosse dado direito de resposta às críticas feitas à oposição pelo general Figueiredo, que "denigrem a imagem daqueles que, exercendo um direito que o regime democrático lhes assegura, se opõem aos atuais detentores do poder".

Eles não têm crise

254%, o lucro da Souza Cruz

A Souza Cruz acaba de publicar o balanço dos seis meses do ano.

O lucro obtido nesse período foi de Cr\$ 28.685.359.060,00, que representou um aumento de 254% em relação a igual período no ano passado. Esse fabuloso lucro permitiu a distribuição aos acionistas da companhia de 1,90 cruzeiros (por ação de Cr\$ 1,00), em apenas seis meses.

Mas, para os 16.500 operários das oito fábricas da Souza Cruz, o aumento salarial foi o referente apenas ao INPC e mais 5% de produtividade.

E, para os 42 mil trabalhadores rurais fumicultores, o preço do produto aumentou somente 119%. Se dividirmos o lucro obtido nos seis meses pelo número total de trabalhadores da Souza Cruz, veremos que cada trabalhador produziu Cr\$ 556.375,00 de lucro para a empresa, ou seja, cada trabalhador recebeu 92 mil cruzeiros por mês.

A dívida total dos 42 mil trabalhadores vinculados à Souza Cruz, em 30 de dezembro de 1980, era de 167 milhões. Em 31 de dezembro de 1981, passou para 871 milhões. E agora, em 30 de junho de 1982, é de 2 bilhões e 615 milhões.

Mas a Souza Cruz não lucra somente em cima dos seus trabalhadores. Nesses seis meses de 82, auferiu um lucro de 10 bilhões de cruzeiros com aplicação especulativa no mercado financeiro de curto prazo. Isto se deve ao fato de a empresa poder

reter em caixa, durante 15 dias, o valor do IPI cobrado no cigarro e que deveria ser recolhido aos cofres públicos.

Essa nova medida foi adotada pelo então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Não é novidade. Além de Simonsen, a empresa tem outros eficientes testas-de-ferro no Governo: o ex-ministro Octávio Bulhões, integrante do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Conselho de Administração da Souza Cruz.

O atual ministro da Fazenda, Emrane Galvêas, foi diretor da Aracruz Celulose, uma das coligadas da empresa.

O ex-presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, também membro do CMN, é presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Fumo. É por razões iguais a essas que o Governo não combate a inflação, os altos lucros, a especulação financeira e as empresas de capital estrangeiro.

Organização

Os trabalhadores rurais plantadores de fumo — mais de 60 mil famílias —, que dependem das indústrias beneficiadoras do produto já estão mobilizados para conquistar um preço justo para o fumo na próxima safra, sobretudo nos três Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os sindicatos estão promovendo reuniões com os produtores para saber o valor real da sua produção.

Os atentados ainda continuam impunes

Lembrada a morte de Lyda Monteiro

O dia 27 de agosto marcou o segundo ano da morte de Lyda Monteiro da Silva, vítima de uma carta-bomba que explodiu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio.

A carta estava destinada ao então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, mas foi Lyda, sua secretária, quem abriu. E morreu.

Este e outros casos continuam impunes. O caso da bomba do Riocentro até agora não foi esclarecido. Da bomba na Câmara dos Vereadores do Rio, que inutilizou uma pessoa, não se fala mais nada. Os grupos de direita que atentaram contra as bancas de jornal em diversas cidades brasileiras continuam aí como se nada tivesse acontecido.

Palanque

Votos

Uma empresa de assessoria publicou um anúncio em jornais da capital paulista dizendo: "Dispomos de uma linha promocional que garante simpatia e votos de seus eleitores. Todos os partidos são bem-vindos".

Ora, vamos dar aqui, de graça, uma receita para conseguir "simpatia": sorriso eterno, tirar a gravata para fingir que nunca foi da elite, dizer que é amigo dos trabalhadores, dar tapinha nas costas, distribuir camisetinhas para times de futebol, fazer bilu-bilu nos filhinhos dos eleitores, ajudar o Governo a votar suas malandragens, jantar com empresários e contar quantos projetos já apresentou ao Parlamento.

Já, votos, é outra história...

Bilhões

O general Figueiredo encaminhou ao Congresso a proposta de Orçamento da União para 1983, num total de dez trilhões e quarenta e sete bilhões de cruzeiros. Isso significa 112% a mais que o orçamento de 82 e a previsão de uma inflação de 80% em 1983.

Um detalhe significativo: os Ministérios Militares, mais a Justiça Militar, juntos, foram contemplados com 782 bilhões, 334 milhões e 335 mil cruzeiros, cerca de sessenta bilhões a mais do que os Ministérios da Educação e da Saúde.

Matança

Em debate entre os candidatos ao Governo do Rio, pela TVS, no dia 29 de agosto, Sandra Cavalcanti (PTB) foi acusada de ser responsável, por omissão, pela matança de mendigos do rio da Guarda.

A matança ocorreu em 1962, quando Carlos Lacerda era governador e Sandra era secretária de Serviços Sociais. Da sua Secretaria fazia parte o Abrigo Cristo Redentor. Os mendigos eram recolhidos na rua mas não iam para o abrigo: no cami-

nho, a Polícia os jogava de uma ponte sobre a correnteza do rio da Guarda.

Agora, Sandra processou os acusadores.

Carajás I

O general da reserva Antônio Carlos de Andrada Serpa denunciou, em palestra realizada em Belo Horizonte, o acordo a ser assinado nos próximos dias nos Estados Unidos, sobre os minérios nobres de Carajás.

Segundo o general, o acordo visa entregar as jazidas de manganês, cobre, níquel, cassiterita, ouro e bauxita a multinacionais das nações centrais.

Afirma que "o País começou a perder as jazidas após a constituição do Grupo Grande Carajás", que realizou estudos superficiais e afirmando erroneamente que o projeto seria a solução para a dívida externa brasileira.

Carajás II

O general Andrada Serpa defende a realização de um grande debate nacional e solicitou aos engenheiros mineiros "a manifestarem sua desaprovção solicitando ao presidente Figueiredo, exclusivamente, não permitir que esses assessores incompetentes e impatriotas, esses péssimos conselheiros e falsos amigos, assinem esses protocolos".

Carajás III

Andrada Serpa afirma que "a desnacionalização do Projeto Carajás é um crime contra toda a nação brasileira", pois o empresariado nacional tem capacidade para desenvolver o programa.

O general afirma que o problema da dívida externa brasileira "nunca poderá ser resolvido com dependência" e "que não haverá solução para o País enquanto o Governo estiver entregue a técnicos e burocratas desvinculados da política nacional.

Trabalhadores não foram consultados

Governo quer reduzir o Pis/Pasep

Nilo Sérgio Gomes

RIO — Mais de dois milhões e meio de trabalhadores serão prejudicados se o Governo reduzir a partir do ano que vem, de cinco para três salários mínimos, o teto do direito à bonificação anual paga pelo Pis/Pasep a todos os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos (Cr\$ 83.040,00), que é conhecido como 14º salário.

A medida é uma das muitas que estão sendo apontadas pela tecnocracia do Governo, à frente os ministros Delfim Neto, do Planejamento, e Ernane Galvêas, da Fazenda, e que pretendem alterar, a partir de 1983, toda a sistemática dos fundos como o Pis/Pasep e o FGTS. Como é de praxe, sem ouvir os trabalhadores, que são os donos destes recursos.

Para patrão

Para o Pis/Pasep, além da redução do teto da bonificação anual, se pretende também reduzir "drasticamente" as contribuições pagas pelas estatais, e, ainda, isentar de pagamento os produtos destinados à exportação. As duas medidas, por sua vez, reduzirão "drasticamente" a arrecadação do sistema.

Mas a medida mais descarada do novo pacote, ainda em preparo nos gabinetes de Brasília, é a que determina a aplicação de 30% a 50% dos recursos do fundo em ações de empresas privadas nacionais, através do mercado de capitais (as bolsas de valores). "Com isto", dizem os tecnocratas, esfregando as mãos, "estaremos fortalecendo a empresa privada nacional e o mercado de ações".

"Como sempre, à custa dos trabalhadores", observa o economista João Sabóia, professor da UFRJ, que pergunta pelas garantias destas aplicações. "O mercado de ações é fraco no Brasil. A maioria das empresas

é fraca, rende pouco... Quem garante que o rendimento será superior, ou pelo menos igual, ao rendimento atual, que é a correção monetária mais os juros de 3% ao ano?", questiona Sabóia.

O problema da gestão e administração dos recursos do Pis/Pasep, que é a reivindicação básica sobre estas questões de fundos dos trabalhadores, aprovadas na I Conclat, ninguém fala, como observa Abdias José dos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói.

O pacote, no seu conjunto, beneficia os empresários, que passarão a contar com um dinheiro de custo financeiro mínimo, e ao Governo que, além de ter reduzidas as cotas das estatais, verá diminuída a pressão que é feita sobre ele pelos empresários, no sentido da redução da taxa de juros internos. "Com a barriga cheia", comenta outro tecnocrata, "eles deixam de reclamar".

"É pouco"

Apenas uma medida se reverte em benefício para os trabalhadores. Na reformulação, é previsto ao trabalhador desempregado receber o seu 14º salário, mesmo que seu nome não conste da Relação Anual de Informações Sociais, Rais, enviada ao Governo pelos empresários.

Entretanto, como observa João Sabóia, isto é pouco. O 14º salário corresponde a um salário médio, o que mal dá para aguentar um mês. Com um trabalhador ficando em média de seis meses a um ano desempregado, a medida que mais beneficiaria seria permitir ao desempregado o saque total dos seus depósitos do Pis/Pasep, e não apenas de uma pequena parcela.

Bancos continuam aumentando lucro

Com a ajuda descarada do regime

Marcelo Tognozzi

RIO — A renda concentrada nas mãos dos banqueiros, computados seus lucros em 1981, corresponde ao pagamento anual de quase 7 milhões de trabalhadores, recebendo o maior salário mínimo vigente no País. Quem recebeu salário mínimo durante o ano passado, incluindo o 13º salário, e teve uma renda de cerca de Cr\$ 109 mil, ganhou menos 6.701.134 vezes aquilo que os banqueiros lucraram.

Isto, quando o lucro dos bancos oficiais e particulares atingiu em 1981 a cifra de Cr\$ 735 bilhões, registrando um aumento real, ou seja, acima da inflação, de 39,4% em relação ao lucro de 1980. Sem descontar a inflação, o aumento do lucro dos bancos em relação ao ano de 1980 foi de 192,6%. Este é o principal saldo de pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que consultou 85 instituições, sendo 16 oficiais e 69 particulares.

Taxa de lucro

Não é de graça o apoio que o setor bancário dá ao ministro do Planejamento, Delfim Neto. Quando comparamos o desempenho dos 16 bancos oficiais com os 69 particulares, notamos que a maior taxa de crescimento foi verificada junto às instituições particulares, que cresceram 88,2%, contra os 21,1% dos bancos oficiais.

É o caso, por exemplo do Citibank, que cresceu 43,8%; do London Bank, que cresceu 121%; do Bozano Simonsen, que cresceu 119%; do Lar Brasileiro, que cresceu 152%; ou do Francês e Brasileiro, que aumentou seus ganhos em 172%.

Enquanto continuam governando para os bancos, como vem fazendo com muita competência, o Governo nada tem a temer. Um aumento de 88,9% nos lucros bancários em 1981, contra os 64%, registrados em 1980, mostra que os banqueiros

conseguiram recuperar, em apenas um ano, praticamente tudo aquilo que aplicaram direta e indiretamente nos bancos comerciais.

Estas instituições, então, tiveram desempenho melhor que as primeiras. O volume de lucro concentrado nas mãos das financeiras geridas pelos bancos comerciais foi de Cr\$ 917 bilhões, o que equivale à renda total anual de 8 milhões de trabalhadores que recebem salário mínimo. Caso estes 917 bilhões fossem repassados ao Governo através de impostos, seria possível, por exemplo, aumentar 5,8 vezes as despesas com educação e cultura (Cr\$ 158 bilhões) ou 21,6 vezes as despesas fixadas para saúde e saneamento (Cr\$ 42,4 bilhões) em 1981. Uma vez que os bancos nada produzem, é válido lembrar que investimentos em saúde e educação são importantes para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e criar novos empregos.

Publicidade

Os lucros exorbitantes, ou mesmo indecentes, como afirmam diversos economistas de oposição, já estão preocupando os banqueiros. Por isso a Federação Brasileira das Associações de Bancos encomendou uma campanha publicitária, que irá custar Cr\$ 80 milhões por mês, especialmente para "recuperar a imagem" do setor perante o Governo, os empresários dos outros setores da economia e o público em geral.

Quando empresários se preocupam em se desculpar pelos lucros realizados dentro do sistema capitalista, é porque estes lucros são resultado de distorções que atingem pesadamente a sociedade, principalmente os trabalhadores. Também não se pode esquecer que as desculpas servem para esconder a tradicional "marmelada" entre setores bancários e do próprio Governo.

Radio Peão

Tucuruí demite

As empreiteiras que estão encarregadas da construção da hidrelétrica de Tucuruí vão demitir até novembro entre cinco e sete mil operários. A razão alegada por elas é o atraso de um ano nas obras. Desde o dia 15 de agosto, estão sendo demitidos cerca de 150 funcionários por dia.

Drama prossegue

Os empregados da metalúrgica Coferraz, de Santo André (SP), que há sete meses não recebem salários, continuam a sofrer o seu drama. As promessas não passam de promessas e os operários e suas famílias estão passando necessidade.

Eles realizam atos públicos, recebem a solidariedade do povo de São Paulo nas ruas, mas nada ocorre que resolva o seu problema de fato.

Mais demissões

Outra fábrica que demitiu em massa no mês de agosto: a das Persianas Colúmbia. Foram mais de cem demissões em uma semana. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo está negociando com a empresa para tentar a readmissão dos operários.

Segundo o sindicato, a empresa se havia comprometido com os trabalhadores a não realizar dispensas em grande número. O sindicato pretende obter, no mínimo, indenização adicional para os que não forem reintegrados.

Ameaça em Minas

Centenas de professores de 1º grau de Minas Gerais estão ameaçados de desemprego. Eles trabalham há vários anos em escolas públicas, mas não foram beneficiados pelo programa de efetivação de contratados no ano passado e, depois, foram reprovados em concurso promovido pela Secretaria da Educação daquele Estado.

A denúncia da União dos Trabalhadores no Ensino de Minas Gerais foi confirmada pela Secretaria da Educação, mas não se sabe com certeza quantos professores estão nesta situação.

Acordo com empresa

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Fábrica de Escapamentos Eluma Arvin chegaram a um acordo que pôs fim à greve que mobilizou os 350 funcionários da empresa durante onze dias, em agosto.

A empresa se comprometeu a pagar a diferença salarial, regularizar o registro de funções nas Cartas de Trabalho, acatar laudo pericial sobre condições de insalubridade, não punir os grevistas e conceder estabilidade de seis meses aos cinco membros da comissão de negociações dos operários.

Calúnias

O ex-deputado Waldyr Pugliesi, presidente do PMDB do Paraná, em uma coluna que escreve na "Revista da Cidade", de Arapongas-PR, lançou diversas calúnias contra o presidente nacional do PT, depois de uma viagem de Lula pelo norte do Paraná.

O candidato do PT a vice-governador naquele Estado, José Luis da Silveira Baldy, respondeu às calúnias de Pugliesi no jornal "Folha de Londrina".

Trabalhador faz greve contra as demissões

No País todo, fábricas e repartições estão parando

Os patrões respondem à crise que o regime criou com demissões em massa, para não afetar o próprio lucro; por isso é que a solução para os problemas econômicos de suas empresas é sempre a redução salarial ou a dispensa de grandes contingentes de funcionários.

Mas os trabalhadores brasileiros já não vêm mais aceitando passivamente esta atitude dos patrões. E têm respondido à altura: os que não são despedidos entram em greve pela readmissão dos companheiros demitidos. E em todo o Brasil, as greves se sucedem.

Professores no Paraná

No Paraná, a greve é dos professores da rede estatal de ensino. Eles reivindicam aumento de 45%, reajustes semestrais e 13º salário. O Governo ameaça as lideranças do movimento com o enquadramento na Lei de Segurança Nacional e só concorda em dar aumento de 20%.

O sucesso da greve dos professores paranaenses é grande: cerca de 80% das escolas da Capital e das cidades maiores aderiram à paralisação. No resto do Estado, mais da metade dos estabelecimentos deixaram de funcionar. A organização da greve está a cargo da Associação dos Professores do Paraná.

Saúde no Espírito Santo

Em protesto contra a demissão de 62 companheiros punidos por terem participado da luta pelo pagamento de salários atrasados, centenas de funcionários do Instituto Estadual de Saúde Pública do Espírito Santo deflagraram greve no dia 16 de agosto e a estão mantendo até agora.



Apesar da repressão, os trabalhadores exercem, na prática, a sua solidariedade (Foto: Juca Martins / F4)

A crise começou no dia 4 de agosto, quando os funcionários fizeram uma paralisação de 24 horas para receber o reajuste salarial que estava em atraso desde maio. Logo depois, começaram as demissões dos que lideraram a paralisação.

Em consequência da greve, três hospitais e diversos centros e postos de saúde mantidos pelo Governo estão sem funcionar. O Conselho Regional de Medicina e o Sindicato dos Médicos do Espírito Santo apóiam e auxiliam o movimento dos funcionários públicos.

Muitas em São Paulo

No Estado de São Paulo, muitas greves estão acontecendo. Quase todas elas, em protesto pela demissão em massa e na busca de melhores condições de trabalho.

Uma das mais importantes foi a dos 3.500 metalúrgicos da fábrica de bicicletas Monark, que pararam pela readmissão de 100 companheiros e pelo direito de um ano de estabilidade. Depois de uma semana de paralisação completa das atividades, o Tribunal Regional do Trabalho considerou a greve ilegal. A greve terminou, mas os trabalhadores decidiram conti-

nuar lutando por suas reivindicações.

Na fábrica de persianas Colúmbia, a greve é contra a demissão de 80 funcionários e a repressão ali foi mais violenta: oito trabalhadores foram presos pela Polícia Militar dentro da empresa por estarem tentando convencer colegas a aderir ao movimento. Na Colúmbia, a greve é parcial, mas prejudica sensivelmente as atividades da produção.

Em todo o Estado, calcula-se que pelo menos dez empresas foram afetadas pelas greves no final de agosto e princípio de setembro.

Vitoriosa, a greve dos funcionários dos hospitais particulares de Volta Redonda (RJ) foi encerrada com a decisão do Inamps de reconsiderar a demissão de 410 empregados que seria provocada pela redução em 70% do número de internos custeados pelo Instituto naquela cidade.

A Associação dos Hospitais do Rio de Janeiro garantiu que não ocorrerá mais a demissão em massa que havia sido anunciada e os trabalhadores voltaram às suas atividades após cinco dias de paralisação que conseguiu sucesso integral.

Comissões de fábrica estão ativas em várias empresas

Consideradas como uma das principais vitórias após a greve dos 41 dias, em 1980, as comissões de fábricas, aos poucos, vão sendo conquistadas pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Diadema e Santo André. Algumas, por meio de paralisações por atraso de pagamento; outras, por negociações desenvolvidas pelos sindicatos, à medida que as empresas se dispõem a sentar e discutir a questão.

Na Ford

Em São Bernardo do Campo, o primeiro passo foi dado pelos operários da Ford Brasil que, em julho do ano passado, desligaram suas máquinas por um período de seis dias, findo o qual a montadora havia cedido e concordado com o funcionamento de uma comissão provisória, cujos membros foram escolhidos pelos trabalhadores horistas de cada um dos setores da empresa.

Seis meses depois, a vitória final seria concretizada, com a elaboração de um estatuto e eleições livres e secretas para que fosse instalada, em definitivo, a comissão de fábrica da Ford Brasil.

Em apenas seis meses de atuação, essa comissão já deu inúmeras demonstrações de importância de um elo que sirva para ligar os trabalhadores ao sindicato que os representa. Além de mobilizar e organizar os operários, a comissão está lutando também por problemas internos, anteriormente nunca discutidos pela empresa.

E mais: criou seu próprio jornal — o "Jornal da Comissão" — e, através dele, todos os trabalhadores tomam conhecimento das questões que estão sendo debatidas, tais como equiparação salarial, transferência de pessoal, assistência médica e, até mesmo, a questão do transporte.

Além da Ford Brasil, apenas a pequena Filtros Nasa, de Diadema, aceitou acordo reconhecendo uma comissão de fábrica entre seus empregados. Isso não significa, entretanto, que nas demais fábricas dos dois

municípios não existam operários que, mesmo sem serem reconhecidos oficialmente pela empresa, atuam como se fossem verdadeiras comissões, conscientizando os trabalhadores sobre a importância de se lutar pelo reconhecimento efetivo de seus representantes. É o caso, por exemplo, da Fabrin, Brastemp, Scania, Rolls-Royce, Borg Warner, Mercedes Benz e Volkswagen.

Na Volks

Na Volkswagen as discussões em torno de uma comissão, que viria em substituição à comissão de representantes imposta pela fábrica quando o sindicato ainda se encontrava sob intervenção federal, bastante adiantadas, foram interrompidas pela empresa, que se recusa a negociar com os operários. A expectativa anterior era a de que fosse anunciado um acordo entre a Volks e o sindicato, o que permitiria a elaboração de um estatuto e marcação de datas para eleições.

Na Mercedes, os primeiros contatos nesse sentido foram mantidos, já ficando acertada a realização de novas reuniões.

Santo André

Em Santo André, a Metalúrgica DC e a Codama deixaram de pagar seus empregados no dia previsto.

Na primeira, houve quatro dias de greve e, na segunda, dois. Ao final dos dois movimentos, os operários tinham conseguido não apenas receber seus salários com multas, mas também o reconhecimento de suas respectivas comissões de fábricas. O acordo que as reconheceu previa, ainda, um ano de estabilidade para seus membros e garantia no emprego por até seis meses para os demais trabalhadores.

Após isso, veio o dissídio coletivo na Pirelli. A diretoria do sindicato, presidida por Miguel Rupp — que tomou posse há cerca de três meses, após a entidade ter passado por dois anos de intervenção —, partiu para as negociações e

As intersidicais querem I Conclat

Resoluções do encontro de S. Paulo

Está marcada para sábado e domingo, dias 11 e 12 de setembro, a reunião convocada em julho pela Comissão Nacional Pró-Cut (CNPC), quando a sua maioria — sob protesto de diversos de seus membros — cancelou a realização do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), e cuja data estava prevista para 27, 28 e 29 de agosto.

A reunião dos dias 11 e 12 deverá realizar-se em Brasília.

Intersidicais

O cancelamento do I Conclat — decidido e convocado nas resoluções da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, realizada em agosto de 1981, na Praia Grande, em São Paulo, provocou os mais vivos protestos de numerosos sindicalistas de todo o País.

Com o objetivo de assegurar aos trabalhadores brasileiros a possibilidade de realizarem o seu primeiro Congresso Nacional, várias comissões intersidicais — principalmente as de Goiás, do Rio Grande do Sul e de São Paulo — promoveram um encontro de delegados dos Enclats (encontros estaduais) e de intersidicais regionais. Esse encontro realizou-se em 28 e 29 de agosto, na sede do Sindicato dos Marceneiros, em São Paulo.

Compareceram ao encontro de São Paulo 88 sindicalistas, de 15 Estados, dez com representantes oficiais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Paraíba e Pará. Os demais Estados presentes foram Alagoas, Ceará, Pernambuco e Minas Gerais; o Distrito Federal também esteve presente. Entre os 86 participantes do Encontro havia 16 membros da Comissão Nacional Pró-Cut.

As resoluções

Foram as seguintes as resoluções aprovadas nos dois dias do Encontro de São Paulo:

"1.º) O Encontro dos dias 28 e 29 de agosto de 1982, em São Paulo, não é deliberativo a nível Nacional, é deliberativo apenas para as intersidicais presentes.

"2.º) Os Delegados presentes resolvem participar da reunião de Brasília convocada para os dias 11 e 12 de setembro de 1982.

"Critérios de Participação para os dias 11 e 12:

"a) As Confederações e Federações só participarão se forem eleitas nos Enclats ou se forem membros da Comissão Nacional Pró-Cut.

"b) Número de participantes: até 10 companheiros por Intersindical, mais os representantes da Comissão Nacional Pró-Cut.

"3.º) Conclat — Os companheiros resolvem não votar data para a realização da Conclat. A data será estabelecida nos dias 11 e 12 em Brasília.

"Local: Que o Conclat seja realizado em São Paulo.

"4.º) Os companheiros reconhecem que a Comissão Nacional Pró-Cut não permanece porque extinguiu-se o seu mandato, em fins de agosto de 1982.

"5.º) Comissão Nacional Pró-Cut: os novos membros da Comissão Nacional Pró-Cut serão eleitos, respeitando, no mínimo a proporcionalidade da atual, através de plenárias convocadas pelas Intersidicais eleitas no decorrer de 1982.

"6.º) Posse: A nova Comissão Nacional Pró-Cut tomará posse no dia 17 de outubro, com a presença das Intersidicais dos Estados, quando se fará pronunciamento político.

"7.º) Elaboração de uma Carta de Princípios para a Nova Comissão Nacional Pró-Cut. São Paulo, 29 de agosto de 1982".

Químicos realizam eleições sindicais

Nos dias 8, 9, 10 e 11 de setembro prosseguem, em segundo escrutínio, as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo. Apesar da Chapa 2, de Oposição, ter conseguido na primeira votação quase 700 votos a mais que a chapa situacionista não pode ser declarada vencedora pois não obteve a maioria absoluta exigida por lei (metade mais 1 dos eleitores).

Primeira fase

Dos 6.452 trabalhadores que

votaram na primeira fase das eleições, 3.496 manifestaram-se pela Chapa 2 e 2.802 pela Chapa 1. Diante deste resultado, a Oposição passou a concentrar sua campanha no apelo à confirmação do voto e à divulgação das primeiras lutas a serem travadas pela categoria após as eleições: reforço à Campanha Salarial (que se inicia em outubro), abertura de campanha permanente de sindicalização, mobilização da categoria para conquistar o adicional de insalubridade e pelo fim das condições insalubres de trabalho.

Agenda dos Trabalhadores

SETEMBRO

★ Data de reunião marcada por membros da Comissão Nacional Pró-CUT, após o encerramento do mandato da Comissão	11 e 12 Brasília	DF
★ Debate sobre Imprensa e Eleições, na ABI de São Paulo	13 São Paulo	SP
★ Começa a propaganda eleitoral gratuita em Rádio e TV	14 Em todo o Brasil	
★ Debate entre os cinco candidatos ao Governo do Estado, promovido pela ABI/SP, realizado no Teatro da PUC/SP	20 São Paulo	SP
★ Encontro Nacional dos Sem-Terra, no Centro de Treinamento Arquidiocesano	22 a 26 Goiânia	GO
★ Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)	30/9-2/10 Piracicaba	SP
★ Encontro Nacional das entidades femininas SOS	25 e 26 São Paulo	SP
★ Lula fala no ciclo de debates da Escola Cásper Líbero	27 São Paulo	SP
★ VII Congresso Nacional de Aposentados e Pensionistas	27 a 30 São Paulo	SP

OUTUBRO

★ Eleições no Sindicato dos Químicos de São Bernardo	5 a 7 São Bernardo	SP
★ Congresso de Estudantes Secundaristas	8 a 10 B. Horizonte	MG
★ Julgamento de onze posseiros acusados de terem matado dois grileiros	13 Porto Nacional	GO

NOVEMBRO

★ Eleições para governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador	15 Em todo o Brasil	
---	---------------------	--

Foi adiado o 34º Congresso da UNE

Às vésperas do encontro, o marasmo nas universidades

Igor Fuser

Quem andar por qualquer universidade do País perceberá que, salvo uma ou outra exceção, o movimento estudantil se encontra imerso no mais completo marasmo. Nem parece que, dentro de alguns dias, entre 30 de setembro e 2 de outubro, em Piracicaba (a data e o local anteriormente previstos foram alterados) se realizará o 34º Congresso da UNE.

Direção

Na opinião de muitos dirigentes estudantis, o desinteresse reinante se deve, em grande parte, à atual direção política da UNE que, com erros sucessivos, tem levado os estudantes a perderem a confiança na entidade. É sobre o balanço da atual gestão que se tem concentrado o debate neste período que antecede a escolha dos delegados. Para o presidente da UEE de Minas Gerais, Sérgio da Luz, um dos erros mais graves da diretoria ocorreu por ocasião da luta contra a portaria do MEC sobre os restaurantes universitários, no primeiro semestre, quando dezenas de milhares de estudantes entraram em greve.

"A diretoria da UNE — afirma ele em documento divulgado recentemente — se negou a centralizar as greves que ocorriam, numa greve nacional pelo fim dessa portaria, apesar dos apelos de inúmeras assembleias universitárias." Em vez disso, "privilegiou a negociação isolada com cada reitoria, buscando aliar-se às que seriam 'progressistas' e 'isolar o MEC'. Como resultado, quem ficou

isolado e disperso foi o movimento, as greves foram derrotadas e a divisão dos estudantes em 'carentes' e 'não-carentes', uma brecha para o ensino pago, consumada".

A partir deste fato, começou a se formar um bloco de oposição à atual diretoria, que hoje já reúne a maioria das entidades gerais (DCEs e UEEs) existentes no País e tem fortes chances de vencer o Congresso, definindo uma nova política e diretoria para a UNE. Segundo a oposição, um exemplo da política de conciliação com o regime seguida pelos atuais diretores é o episódio da tentativa de expulsão de Javier, preferindo — ainda de acordo com o presidente da UEE mineira — negociar o apoio de setores pretensamente "democráticos" como o senador Jarbas Passarinho, na ilusão de "isolar o resto do Governo" a denunciar claramente aos estudantes o ataque que a ditadura estava realizando contra a UNE, com base na Lei dos Estrangeiros. "Em suma, uma tática de não irritar o regime para obter-lhe o beneplácito", conforme definiu Aldo Fornazieri, presidente da UEE do Rio Grande do Sul.

Também diretor da UEE gaúcha, Beto Rodrigues define bem o desafio representado por este 34º Congresso: "Uma política correta e uma direção que busque colocá-la em prática, por si sós, não garantem que haverá um novo ascenso no movimento estudantil, mas darão as bases necessárias para o movimento sair do impasse".

Tribuna Livre

A crise de uma estatal

Geraldo Siqueira

Deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores em São Paulo

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sabesp, encontra-se em profunda crise: uma política de investimentos irresponsável aliada a gastos exorbitantes e descontrolados, levada pelas mais recentes diretorias da empresa, agudizou uma situação que já estava longe de ser próspera. Houve atrasos nos pagamentos dos funcionários, denúncias de empreiteiras preocupadas com a demora nos pagamentos e até uma admoestação do BNH, em razão dos abusos praticados pela empresa.

Os dados disponíveis exibem contornos preocupantes e levantam muitas dúvidas sobre o real tamanho do "iceberg".

O grau de endividamento da empresa é maior do que o endividamento médio no setor público e apresenta-se em crescimento. O serviço da dívida pulou de Cr\$ 1,6 bilhões em 1978 para Cr\$ 9,9 bilhões em 1981. Em 1980, Cr\$ 39,00 de cada Cr\$ 100,00 arrecadados foram para o pagamento do serviço da dívida, quando essa relação era de Cr\$ 28,00 para cada Cr\$ 100,00 em 1978.

A Sabesp paga às empreiteiras 8 UPCs por metro linear de esgoto instalado, exatamente o dobro do preço médio nacional, 4 UPCs por metro linear de esgoto. O preço mais alto pago pelas prefeituras de Osasco, Santo André, São Bernardo e Guarulhos é de 4,5 UPCs por metro linear.

Os 21 mil funcionários da Sabesp têm um salário médio de Cr\$ 60 mil.

Mas os 686 (ao que consta, atualmente, são 740) funcionários da Sabesp "cedidos" a outros órgãos federais e esta-

duais têm um salário médio de Cr\$ 102 mil. Esses senhores, pagos pela Sabesp, não trabalham em Saneamento e, muitos deles, em lugar nenhum do governo; seu custo anual é superior a Cr\$ 1,5 bilhão, pago pelos consumidores através das tarifas.

Por outro lado, a política interna é de extrema repressão e intimidação, forma usual de o atual Governo tratar a insatisfação dos trabalhadores. Exemplos disso são a intervenção direta da alta administração da Sabesp na eleição do sindicato dos trabalhadores, para favorecer um dos candidatos que, não por acaso, é candidato a deputado pelo PDS, e a recente demissão do economista Roberto Guerra Cavalcanti. Ele é acusado de haver vazado informações que desconhecia.

Para conseguir mais recursos e ganhar uma sobrevida por mais algum tempo, a "solução" da Sabesp foi o aumento das tarifas (sem redução das despesas como as acima citadas): com a política de reajustes trimestrais, de janeiro de 1980 a julho de 1982, as tarifas de água na menor faixa de consumo subiram 676,6% para uma inflação de 561,0% no mesmo período; as tarifas de esgoto para a menor faixa de consumo subiram 1.075,6% também nesse período. Além disso, a empresa está equiparando as tarifas em todo o Estado, sobrecarregando os consumidores do Interior e da Baixada Santista com reajustes trimestrais maiores do que os da Região Metropolitana.

A Sabesp é o 13º patrimônio empresarial do País e o 5º patrimônio do Estado. Mantida pelo dinheiro dos consumidores e contribuintes, a empresa parece estar sendo administrada como uma fabriqueta de fundo de quintal e seu caráter público está reduzido aos interesses de um grupo político e de um punhado de grandes empreiteiras.

O drama do desemprego

O desempregado vive as consequências do modelo econômico

Antonio Carlos de Moura

Luis, 53 anos, três filhos, está sentado nos degraus da Catedral da Sé. Ele chora como uma criança, atraindo a atenção dos apressados transeuntes. O jornal popular está debaixo do braço e as mãos de trabalhador enxugam as lágrimas que percorrem o rosto angustiado. Luis esperou 17 anos para o "bolo crescer", como dizia o ministro Delfim Neto. Hoje, ele não pode nem aumentar o tamanho do bolo dos outros, quanto mais participar das suas migalhas, porque está com milhares de trabalhadores: desempregado.

Modelo econômico

A praça da Sé é o fim do trajeto à procura de uma oportunidade. As praças Ramos de Azevedo, Princesa Isabel, Floriano Peixoto fazem parte da rotina da "mão-de-obra desperdiçada". Milhares de pessoas tornam-se a vitrine do "modelo econômico exportador": de acordo com a revista Exame, o nível de emprego industrial em São Paulo, o maior centro econômico do País, está 7% abaixo do nível do mesmo mês no ano anterior; a queda na oferta de empregos na produção em São Paulo, é maior ainda: o nível de maio de 81 é de 73% inferior ao de maio de 80.

Esses números não levam em conta o subemprego que praticamente dobrou em todas as áreas metropolitanas do País, segundo pesquisa do IBGE: o número dos que trabalham além de 40 horas semanais e recebem menos de um salário mínimo se elevou de 8,03 para 13,19% em São Paulo.

A situação

Luis ignora esses números, só sabe, porém, que a "situação tá preta". Ele vive com o dinheiro emprestado pelo cunhado. Sua profissão de metalúrgico é, atualmente, sinônimo de instabilidade de emprego. Ninguém como essa classe está sofrendo com a crise econômica que assola o País: a queda de consumo de automóveis foi uma das causas para a desgraça dos trabalhadores metalúrgicos.

A luta contra a censura

Reunida no último dia 24 de agosto, na PUC de São Paulo, a Comissão Organizadora do Comitê de Mobilização Contra a Censura aprovou documento contra o Decreto 87.325, que altera o Conselho Superior de Censura, "transformando-o em mero órgão de aprovação das decisões já tomadas pela própria Censura".

Filme proibido

A articulação de várias entidades — agora reunidas nesse Comitê Contra a Censura, começou a partir da proibição do filme "Pra Frente Brasil", de Roberto Farias, e que conta a história de um homem preso, torturado e morto pelos órgãos de repressão no Brasil durante a Copa do Mundo, em 1970. O julgamento para liberação do filme estava marcado para 7 de julho mas, 13 dias antes, o general Figueiredo baixou o decreto alterando a composição do Conselho Superior de Censura, providência que o diretor do filme classificou de "coincidência preocupante".

Objetivo

A reunião da PUC foi promovida por 27 entidades, e o objetivo do Comitê, como disse Maria de Lourdes Fernandes, da Comissão Organizadora, é o de coletar assinaturas do maior número de pessoas para um manifesto a ser dirigido ao presidente da República.



Os bancos das praças cada vez mais cheios de desempregados. (Foto: Vera Lúcia).

A comida escassa humilha Luis diante dos olhos dos seus filhos. A falta de material e uniforme escolar exacerba a dignidade desse paraibano que veio à cidade grande há 7 anos para ser um torneiro mecânico de respeito. Chegou mesmo a ganhar 30 mil cruzeiros por mês graças à luta de sua classe nos acordos salariais com os empresários.

"Não há vagas"

A procura de um emprego sempre esbarra nas palavras "não há vagas". Luis não é profissional desqualificado. Ele fez um curso no Senac com muito sacrifício, ajudado pela esposa, empregada doméstica, pensando em ter um futuro melhor para a sua família. Agora, resta a possibilidade de retornar para o Nordeste e conseguir algum pedaço de terra para sobreviver.

— Estou procurando um emprego há mais de um mês — afirma Luis. Cada dia que passa sem nada de novo é um pesadelo. Tenho vergonha de chegar em casa, cujo aluguel já venceu, e dizer à minha mulher que não arrumei

emprego. Eu queria mesmo era ter uma conversinha com o ministro do Trabalho, o tal de Murilo Macedo, para mostrar pra ele como é a vida de um desempregado; as humilhações que a gente passa — continua Luis.

— Passo o dia inteiro com uma coxinha no estômago e não consigo emprego algum. Hoje vim rezar um pouco aqui na Catedral e quando saí da igreja para seguir o caminho de casa me deu uma crise de choro, um sufoco que não deu pra controlar.

Ilusões

O deslumbramento pelo "sul maravilha" dissipou-se diante do choque com a realidade. Os prédios ostensivamente luxuosos dos bancos da avenida Paulista não iludem mais Luis, homem curtido pelo sofrimento: "Descobri que São Paulo atrai a gente iludida da minha terra que vai viver pior do que no Nordeste. Fiquei atraído pelo progresso desta cidade. Mas logo vi que o progresso é para os ricos; pobre aqui não tem vez" — finaliza Luis, mais um desempregado deste País.

Policiais invadem escola secundária

Professores e alunos ameaçados

Quinze policiais militares invadiram na noite de 2 de setembro, a Escola Estadual de 1º e 2º graus Vinícius de Moraes, em São Paulo. Alunos e professores foram ameaçados pelos policiais armados de revólveres e metralhadoras, exigindo que revelassem onde se encontrava Mário M.O., ex-estudante da escola.

Agressões

Mário, 23 anos, jardineiro, esperava na porta da escola por sua namorada quando por volta das 21 horas a rádio patrulha de Cotia, responsável pelo policiamento na área, passava pelo local e os dois policiais pediram-lhe os documentos. Mário apresentava seus documentos quando o segundo policial tentou algemá-lo e ele reagiu. Mário disse que foi agredido a socos e pontapés antes de apresentar os documentos e as agressões só terminaram com a interferência da professora Sônia Regina Pedrosa. Nesse momento Mário fugiu para dentro da escola.

Pânico

Os policiais solicitaram reforços e momentos depois a escola estava cercada por peruas do tático móvel do 14º Batalhão de Polícia, de Osasco. Os alunos entraram em pânico com o barulho das cirenes ligadas, com os holo-

fotes iluminando as salas de aula e os policiais apontando suas armas exigindo que contassem onde estava Mário.

O diretor da escola, Santo Reis Siqueira, solicitou ao tenente Benício, chefe da operação, que ordenasse a seus subordinados abaixarem as armas, ao que o tenente respondeu: "Se tivesse um batalhão a minha disposição, o teria trazido". O diretor foi preso numa das viaturas, sendo libertado quinze minutos depois.

Os policiais abandonaram a escola por volta de uma hora da madrugada não conseguindo prender Mário, que fugiu para a casa de um amigo.

Incidente

O cabo Wanderley Marata, chefe dos serviços executivos da guarnição militar de Cotia foi à escola e reunindo-se com o diretor lamentou o ocorrido. Disse que a polícia procura cumprir o seu papel de rotina protegendo a escola e esse foi um incidente lamentável.

Supervisoras da Delegacia Regional de Ensino de Itapevi, a que a escola Vinícius de Moraes está subordinada, foram ao estabelecimento e ouviram o relato do diretor, sem no entanto divulgar as medidas que adotarão.

Negros realizam encontro

Condenada a discriminação

Muito se fala em democracia racial, especialmente na América Latina; mas, na prática, muito pouca coisa se faz para realizar essa tal democracia.

Essa foi uma das conclusões do 3º Congresso de Cultura Negra das Américas que terminou no dia 27, na PUC de São Paulo.

Unificar lutas

A preocupação maior do Congresso, que contou com a participação de representantes de diversos países latino-americanos, foi a de conseguir encontrar propostas capazes de unificar as lutas dos movimentos negros do Continente, e de estabelecer um intercâmbio cultural efetivo entre a África e as diversas comunidades negras.

Um dos participantes do Congresso, Anani Dizidienyo, representante de Gana, país da África, ressaltou que o encontro marca uma nova fase do movimento negro latino-americano, pois supera o aspecto parcial e colorista da luta dos negros e parte para uma etapa onde "se elabora uma estratégia única de atuação".

Publicação

Está saindo mais uma publicação: trata-se da "Voz do Negro", jornal bimestral do Grupo de União e Consciência Negra, de Goiás. Contatos com a Caixa Postal 866, no CEP 74000, Goiânia, Goiás. O número 3, de março/abril de 82, traz um editorial criticando o Censo Oficial, que diz haver só 5,89% de negros no Brasil.

Poluição: vitória popular

A Aliperti foi condenada

Os moradores do bairro da Água Funda, em São Paulo, conseguiram uma grande vitória em sua luta contra a poluição causada pela Siderúrgica Aliperti. É que a denúncia formulada pelo promotor Antônio Scarance Fernandes contra cinco diretores da siderúrgica, foi aceita pelo juiz da 28ª Vara Criminal de São Paulo.

Os cinco diretores da indústria poluidora estão agora sujeitos a penas previstas em quatro artigos do Código Penal. O juiz Mário Devienne Ferraz, que acolheu a denúncia, marcou o interrogatório dos indiciados para o dia 6 de dezembro.

História antiga

Os moradores da região vêm reclamando da poluição há 19 anos. São muito comuns, na Água Funda, as doenças causadas pela fumaça da fábrica, geralmente complicações no aparelho respiratório e irritações crônicas nos olhos, nariz e pele.

No ano passado, a situação chegou a um ponto crítico. Os moradores se mobilizaram, e conseguiram que a Companhia Estadual de Tratamento de Esgoto e Saneamento Básico (Cetesb) instalasse um laboratório volante na região para medir a poluição.

Depois de quase três meses, os resultados foram alarmantes: descobriu-se que a Aliperti jogava no ar, por dia, 15 toneladas de dióxido de enxofre, 13 toneladas de material particulado (ferrugem), 3 toneladas de óxido de nitrogênio, 200 quilos de monóxido de carbono e mais gás ozônio. A pesquisa da Cetesb constatou que o despejo ultrapassou 16 vezes em 19 dias o padrão que só poderia ser ultrapassado uma vez por ano.

Num domingo de maio deste ano, cerca de dois mil moradores da Água Funda saíram em passeata pelas ruas do bairro. A manifestação procurava alertar a população que a empresa siderúrgica havia prometido instalar equipamentos anti-poluídores, e na verdade só estava instalando filtros que não deixavam escapar partículas sólidas, isto é, as 13 toneladas diárias de pó de ferrugem. Quanto aos gases, nenhuma providência.



Nossa Vez

Debate favorece

A realização de debates entre candidatos nos meios de comunicação têm favorecido o PT. O confronto de idéias mostra claramente a superioridade do Partido. Foi o que ocorreu em Feira de Santana (BA), onde a Rádio Subaé reuniu os candidatos a prefeito da cidade. E até a grande imprensa admitiu: Antonio Ozetti, do PT, foi quem se saiu melhor. Aconteceu o mesmo no Rio Grande do Norte, entre os candidatos a governador.

Informativo volta

O Núcleo Asa Norte I e III do PT de Brasília (DF) voltou a publicar o "Informativo", seu órgão oficial, depois de algum tempo de recesso. Seu objetivo é "reproduzir com maior ou menor qualidade de síntese, o essencial da discussão que esteja amadurecendo no Núcleo".

Jornal em S. José

O Diretório Municipal do PT de São José dos Campos (SP) lançou em agosto o seu jornal, "Terra, Trabalho e Liberdade". No primeiro número, a apresentação de todos os candidatos do PT aos cargos majoritários no Estado e no Município, todos os candidatos a vereador e alguns a deputado.

Valinhos

O boletim do PT de Valinhos (SP), "PT-Informando", já está em sua sexta edição e continua dando aos trabalhadores de cidade notícias sobre o seu Partido e assuntos de interesse. A edição de agosto tratou da questão da saúde no País.

Rondônia

O órgão oficial do Partido dos Trabalhadores em Rondônia é o "PT em Marcha", que já circula há dois anos. A edição de agosto traz a relação de todos os candidatos do Partido naquele Estado e discute a questão da terra e a visita do general Figueiredo à Amazônia.

PT na Cinelândia

Enquanto os outros partidos gastam rios de dinheiro em propaganda no rádio, tv e jornais, o PT do Rio de Janeiro leva sua campanha através de métodos mais baratos. Às 2hs, 4hs e 6hs feiras, por exemplo, os candidatos do Partido estão na Cinelândia, durante o horário do almoço, para debater suas propostas com os eleitores. O método tem conseguido sucesso, com intensa participação popular e muita venda de material do PT.

Joinville

Em Joinville (SC), a saída para uma campanha barata é outra: o PT monta nos fins de semana barracas em bairros populares. Nas barracas, há venda de comidas e bebidas, jogos de bingo e ali ocorre a discussão política, com a presença dos candidatos do Partido. Além de ser um meio barato de fazer a campanha, ainda rende divisas.

Sem Medo

O Diretório do PT de São José de Belmonte, em Pernambuco, denunciou à opinião pública e às autoridades da Justiça Eleitoral pressões sofridas por alguns candidatos petistas daquela cidade. As pressões vieram de políticos do PDS, do prefeito do município, Pedro Leão Leal e do delegado de Polícia, Sargento Abel.

PT intensifica sua campanha eleitoral

Diretório Nacional corrige rumos da campanha e toma outras decisões

Resolução nacional

O Diretório Nacional do PT, na sua reunião dos dias 6 e 7 de setembro, em São Paulo, após aprofundada análise da situação política do País, aprovou a seguinte Resolução, que visa dinamizar a campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores:

"Esta Resolução tem por objetivo dinamizar a campanha eleitoral do PT em todos os Estados. Busca transformar o lema "Trabalho, Terra e Liberdade" em uma orientação política que impulse a nossa campanha de luta. Nesse sentido, este texto deverá ser reproduzido pelos Diretórios Regionais e pelas bases do Partido de modo a alcançar milhões de trabalhadores em todo o País.

Trabalho, Terra e Liberdade

"Os maiores problemas do povo brasileiro são a falta de trabalho, de terra e de liberdade. Esses problemas podem ser resolvidos. E o Partido dos Trabalhadores tem propostas para isso.

"Na campanha eleitoral deste ano, o Governo, o PDS, o PMDB, o PTB e o PDT dizem que querem resolver estes problemas. Mas eles não vão fazer isso. Não vão, porque para conseguir trabalho, terra e liberdade é necessário meter a mão nos lucros e o poder dos patrões, com os quais eles estão comprometidos. Só os trabalhadores organizados e o PT podem resolver estes problemas. Só nós temos o compromisso e a coragem de atacar os lucros e o poder dos patrões.

Trabalho

"A luta que os trabalhadores e o PT vêm levando por trabalho para todos já mostra como podemos dar fim ao desemprego. Para os que estão trabalhando na cidade, estabilidade no emprego. Para os que trabalham no campo, a estabilidade e o direito à terra. Para os que estão sem trabalho, é necessário a criação de novos empregos. A redução da jornada semanal de 48 para 40 horas, sem diminuição de salário, criação de milhões de novos empregos. Existem, portanto, soluções para o desemprego. Por que não são adotadas? Porque mexem nos lucros e o poder dos patrões.

Terra

"Os trabalhadores querem terra para plantar e para morar. No campo existem 11 milhões de famílias sem terra para plantar e para viver. Hoje, os trabalhadores lutam pela terra quando resistem às invasões dos grandes proprietários, quando ocupam as terras do Governo nas margens das grandes estradas para plantar, quando reivindicam terra dentro dos grandes latifúndios, fazendas e usinas.

oficial do Pará, foi indicado para candidato outro nome, o de Hélio Dourado.

Entendendo que essa atitude fere um princípio fundamental da democracia interna do PT, o Diretório Nacional resolveu dissolver o Diretório Regional do Pará, acatando parecer de uma comissão especial de ética presidida pelo jurista Hélio Bicudo. Essa comissão deu ciência da decisão do DN ao presidente do Diretório Regional do Pará, Durbiratan de Almeida Barbosa, pessoalmente.

Além da dissolução do DR do Pará, o DN decidiu fazer um apelo aos candidatos que estão concorrendo a cargos eletivos para que renunciem à disputa.

No Amazonas, diante da atitude do senador Evandro Carneira de

"O PT apóia todas essas lutas porque elas são justas. Elas desenvolvem a organização e a mobilização das classes trabalhadoras. Chegará o dia em que os próprios trabalhadores dividirão com justiça toda a terra deste País entre os homens e mulheres que vivem do seu trabalho no campo. E garantirão condições de cultivo e comercialização de seus produtos, sem os atravessadores. Existem, portanto, soluções para o problema da terra. Por que não são adotadas? Porque vão contra os interesses dos grandes proprietários rurais e mexem no poder dos patrões.

Liberdade

"Os trabalhadores e o PT lutam pela liberdade sindical e pela liberdade de organização dos partidos. Lutam para destruir o esquema repressivo montado pelo Governo e os patrões contra o povo trabalhador nas fábricas, nas fazendas e nas ruas. Agora, nas eleições, tem aumentando a formação de grupos particulares de repressão, multiplicando a violência contra os trabalhadores e o PT em muitas áreas do País.

"Liberdade para nós significa acabar com todas as formas de exploração, discriminação, opressão e violência contra o povo. De novo, afirmamos que existem soluções. Por que não são adotadas? Porque a falta de liberdade para o povo trabalhador é uma necessidade dos patrões para garantirem os seus privilégios e o seu poder.

"O PT sabe que as eleições de 15 de novembro não são livres e nem limpas. Mas está entrando nelas com toda a força para ganhar. Elegeremos muitos candidatos. Mas, para o Partido dos Trabalhadores, ganhar as eleições é muito mais do que isso. É, acima de tudo, chegar a 16 de novembro com a classe trabalhadora mais organizada e mobilizada para lutar contra a opressão e a exploração. É por isso que a campanha eleitoral do PT é uma campanha de luta. Assim, junto com os trabalhadores, o PT assume as suas lutas por melhores salários, contra o desemprego, pela terra para plantar e para morar, por liberdades e melhores condições de vida, pelo fim da exploração e opressão dos patrões.

"O Partido dos Trabalhadores está nas praças, nas ruas, nas portas das fábricas, nos roçados, nas favelas, mobilizando o povo para lutar. Você, trabalhador, você, trabalhadora, participe desse grande mutirão político que é a Campanha Eleitoral de Luta do PT, por Trabalho, Terra e Liberdade para todo o povo trabalhador brasileiro. Diretório Nacional do PT, 7 de Setembro de 1982."

crítica pública constante ao Partido e aos seus membros, o Diretório Nacional resolveu constituir uma comissão especial para conversar com o senador, colocando em discussão a sua posição de líder do PT no Senado. O DN também decidiu dar aval ao Diretório Regional do Amazonas para as medidas que julgar convenientes em relação ao caso.

Em Alagoas, embora o PT esteja legalizado, não conseguiu apresentar candidatos para concorrerem às eleições. Para avaliar a situação e assessorar a organização do PT em Alagoas, a Direção Nacional do PT resolveu delegar à Executiva Nacional a tarefa de designar um de seus membros para viajar àquele Estado.

Catarinenses fazem disco

O diretório do PT de Joinville, Santa Catarina, fez um disco de canções. O título: "PT — Nossa vez, nossa voz."

O disco, um compacto duplo, foi gravado por um grupo de militantes locais e pelo candidato a prefeito, João Schmidt, que hoje é carpinteiro de um supermercado, mas já foi de uma dupla caipira que cantava em rádio.

"Por que o PT", é uma música dele, em ritmo sertanejo, que dá até pra dançar.

As outras são: "Organizados vamos conquistar", de S.

Conde, que coloca o nome assim porque tem receio de ser despedido. É empregado rural.

"Canção ao Trabalhador", do estudante e ator de teatro Marcus Bergman, incita a "conquistar a tua liberdade, com tuas próprias mãos".

E "Senhor Patrão", de Raulino Limas, conta a conversa de um trabalhador com seu patrão. Raulino, pedreiro, 23 anos, foi visto por membros do PT cantando essa música em um programa de

calouros, na televisão local. Foi convidado para gravar o disco e terminou virando militante do Partido.

A produção desse compacto, com tiragem de 2.140 discos, custou 350 mil cruzeiros. Foi paga com empréstimo de banco retirado por um advogado do PT municipal. Os discos estão sendo vendidos por Cr\$ 500,00 e podem ser pedidos para o seguinte endereço: Avenida Brasil, 925 conj. 22 Joinville — SC. CEP 89200. Fone (0474) 22.0594.

Fala, Companheiro!

"O perigo do já ganhou"

Silvio Lancellotti, 38 anos, é jornalista, editor de Projetos Especiais de "Isto É", colunista da "Folha de S. Paulo" e apresentador do Show da Noite da "TV Record" de São Paulo.

"Fiz minha primeira campanha política em 1968, com o antigo MDB, trabalhando pela candidatura de Mário Covas a deputado federal. Eram tempos bicudos, mas a campanha se desenvolveu sem muitos dissabores. Participei, depois, das lutas dos companheiros jornalistas Fernando Moraes e Auddlio Dantas — e, de novo, apesar da dureza do período e das ameaças de repressão, a batalha terminou em sucesso. Hoje, porém, me entristece presenciar as dificuldades que Djalma de Souza Bom, nosso bravo presidente estadual, está vivendo em São Bernardo, cidade em que deveria ter apoio total. Por um lado, atrapalham Djalma companheiros que deveriam buscar seus votos em outras regiões. Por outro, ameaça Djalma a terrível afirmação de que Djalma já ganhou. "Inúmeros metalúrgicos estão prometendo seu apoio a outros candidatos do Par-



tido dos Trabalhadores, na vã certeza de que Djalma se elegeu antes mesmo das eleições. Não nos enganemos, companheiros. Ninguém ganha um mandato antes da contagem dos votos. E, apesar do carinho e do respeito que dedico a outros postulantes a um lugar na Câmara Federal, sou obrigado a usar este espaço para afirmar que ninguém no PT precisa tanto ser eleito como o nosso presidente estadual. Precisa. Não por Djalma Bom. Mas principalmente pelo Partido e por nós todos. Gente, não vamos nos iludir. Vamos, sim, à guerra das urnas. Com Djalma Bom."

Comitê unificado, uma arma de luta

Incorporando filiados e simpatizantes

Unificar a campanha de todos os candidatos do PT paulista em torno da plataforma nacional e da carta eleitoral do Partido e dar à campanha um caráter de massas: estas são as idéias centrais que levaram à formação do Comitê Eleitoral Unificado (CEU), do Diretório Regional de São Paulo, do Partido dos Trabalhadores.

Constituído desde junho pelos companheiros José Dirceu, Francisco Weffort, Luiz Carlos Menezes e Vera Soares, indicados pelo Diretório Regional do Partido, o CEU elaborou um plano de trabalho cujo objetivo é transformar a campanha do PT num verdadeiro movimento político.

Momento da luta

"Entendemos que a campanha do PT tem todas as condições de incorporar não só os filiados, mas também simpatizantes, trabalhadores de todas as áreas" — afirma José Dirceu, secretário-executivo do CEU. "A campanha, para nós, é um momento da luta política e não uma caça ao voto indiscriminada, em que ganha quem tiver mais dinheiro."

A proposta do PT para a campanha eleitoral é que em cada diretório se forme um comitê unificado que, por sua vez, estimule a criação de grupos de apoio, de cinco, dez, quinze pessoas que se reúnam para discutir os objetivos do PT, o porquê de seus candidatos, seu programa de governo.

"Nosso objetivo — diz José Dirceu — é que os grupos de apoio façam a propaganda dos nossos candidatos e consigam recursos para a campanha. Comprometidos com as atividades eleitorais, os grupos vão-se

transformar, num curto período, em núcleos de base do Partido. Isso porque nós queremos organizar os trabalhadores para continuar as lutas populares depois das eleições."

Comissões de Trabalho

O CEU formou quatro comissões de trabalho. Uma comissão de organização, que cuida das caravanas e debates e do planejamento da campanha; uma comissão de imprensa e propaganda, que produz os materiais de divulgação, faz assessoria de imprensa e coordena o serviço da pequena gráfica do Partido; e ainda a comissão de finanças, que está implementando a venda de bônus e programando atividades como shows, leilões e festas, para arrecadar fundos.

"Todas essas comissões precisam de reforço, e muito!", desabafa Zé Dirceu. A estrutura do PT é ainda pequena e frágil diante da enormidade da campanha.

"Pretendemos fornecer panfletos, cartazes, material de boca de urna e prestar serviços de gráfica e silk-screen, continua José Dirceu. E, para isso temos que contar com a colaboração de todos os militantes e candidatos. Nós temos que ter uma coisa bem clara: não queremos e nem conseguiríamos competir com a máquina eleitoral dos outros partidos. Não é fazendo dobradinhas que vamos ganhar eleição. Propaganda de rua, para nós, é um mero apoio ao trabalho de base que se realiza."

O Comitê Eleitoral Unificado de São Paulo tem sede na rua Santo Amaro, 582, Bela Vista, telefones 35-1462, 36-1072, 36-7482 e 36-2334.

Recomendações nacionais

O Comitê Eleitoral Unitário Nacional (Ceun) do Partido dos Trabalhadores está pedindo a todos os Comitês Eleitorais Unitários Estaduais e membros do Diretório Nacional, o preenchimento de um formulário e a elaboração e o envio do perfil dos candidatos majoritários do PT.

O Ceun pede, ainda, que sejam enviados, por escrito, quinzenalmente, até os dias 15 e 30 de cada mês, relatórios sumários sobre a situação eleitoral no Estado ou Território, informando alterações nas pesquisas de opinião, problemas enfrentados etc.

É importante que os Comitês Estaduais comuniquem ao Comitê Nacional, eventuais incidentes como

prisões, ameaças, arbitrariedades etc. para as devidas providências. E, finalmente, deve ser enviado ao Comitê Nacional todo material de propaganda produzido.

As correspondências para o Ceun pode ser enviada para: Comitê Eleitoral Unitário Nacional, a/c Secretaria de Organização, Câmara dos Deputados, 24º andar, Salas 8 e 9, 70.160, Brasília, DF. O telefone da Secretaria de Organização é (061) 223-2740, e dos coordenadores do Ceun são (021) 274-9040 (Apolônio de Carvalho), (011) 210-1987 ou 429-4894 (Francisco Weffort) e (061) para Hélio Doyle, nos fones: 273-3845 (residência), 225-0728 (Sindicato) e mais o do trabalho, 224-9150.

Encontro com um anarquista

Na peça de Dario Fó, Fagundes faz o povo, em coro, xingar o Governo

Paulo José Moraes

Um louco (Antônio Fagundes), com grande capacidade para a representação, finge-se de psiquiatra, e por isso é preso pela 13ª vez. Mas como é louco, é solto em seguida. Sai da delegacia, esquece os documentos, volta para buscá-los. A sala do delegado está vazia, toca o telefone, ele atende e fica sabendo que um juiz está vindo para reabrir um caso passado tempos atrás, quando acontecera um estranho "suicídio" de um anarquista.

Como o grande sonho do louco é representar um juiz, ali está sua chance. Pega o processo, inteira-se dos detalhes e passa como o juiz perante os policiais envolvidos no processo (João José Pompeo, Tácito Rocha, Serafim Gonzales e Sérgio de Oliveira). Dessa forma, fingindo também ser um inspetor de polícia, em um momento, e um bispo em outra sequência, consegue desvendar a morte "acidental" do anarquista. Ai, chega uma jornalista (Ileana Kwasinski) e pronto: está feita uma das comédias mais divertidas desse ano.

Todas as noites, no Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), em São Paulo, com a direção de Antônio Abujamra e música de Paulo Herculano, esse hilariante texto do anarquista italiano Dario Fó — que nos deu recentemente outra peça muito engraçada, "Pegue e não pague" — faz o público se envolver e até xingar em coro o Governo.

Vale a pena lembrar que, apesar de todas as risadas, ali está um assunto muito sério: o das "mortes acidentais" dos presos políticos nas mãos da polícia.

Pessoa política

Após a peça conversamos com Antônio Fagundes. Ator premiado de TV, cinema e teatro, atualmente com mais três filmes prontos para ser exibidos, "Um casal de 3" (passando em circuito comercial em São Paulo), "Das Tripas coração" (da cineasta Ana Carolina, em discussão junto à Censura) e "Pra frente, Brasil" (proibido por mostrar como atuou o regime militar, matando presos políticos após torturá-los, enquanto, sem saber de nada, uma grande parte do povo vibrava com a Copa de 70 cantando a marchinha que dá nome ao filme).

Antonio Fagundes se define como mais que um ator político, uma pessoa política, e por isso, toda essa sua atuação profissional está intimamente ligada a seu modo de pensar.

Aliás, Fagundes lembra que sempre existe uma atuação política, pois mesmo aqueles que se dizem apolíticos estão comprometidos de alguma forma, nem que seja por omissão.

Sucesso

Antônio Fagundes não explica o enorme sucesso dessa peça, pois o sucesso não tem explicação. O teatro está todas as noites lotado, e é por causa dele, dos outros excelentes atores, do diretor, do autor, do texto, enfim de tudo um pouco.

A direção elogiada de Abujamra é, para Antônio Fagundes, algo que não surpreende ninguém que conheça o diretor, pois é o resultado natural



Antonio Fagundes, o anarquista da peça de Dario Fó.

de um trabalho desenvolvido há muitos anos.

O texto, segundo o ator principal, pode ser visto por todo mundo, pois não há ninguém que não se vá divertir. Claro, alguns vão ver um lado crítico da sociedade de uma forma, mas mesmo os mais sérios, o mais sério dos trabalhadores vai rir muito. Sim, trabalhadores, pois Fagundes lembra que trabalhador é o que está vivendo de salário, e esse o público que enche o TBC todas as noites.

Perguntado se é de algum partido, Antônio Fagundes se

diz anarquista, como o diretor da peça e como o personagem que "caiu" pela janela da delegacia. Quando perguntado se a proibição de "Pra frente, Brasil" serviria para promover o filme, defende seguramente a idéia de que esse filme não necessita esse tipo de promoção.

Antes de terminar a entrevista digo a Antônio Fagundes que não sou crítico teatral, e por isso vou dar minha visão pessoal da peça e da entrevista. Ele me responde que contando isso aos leitores, eu seria mais respeitado.

Subsídios para uma política cultural

5 pontos de interesse atual

Um encontro nacional petista para tratar de problemas da cultura é o que pretende preparar o Grupo de Trabalho formado na Secretaria de Cultura do Diretório Nacional do PT. O Grupo ainda não marcou data para o encontro, que poderá ser realizado no final deste ano ou começo de 1983.

Como parte desses esforços, contudo, o Grupo de Trabalho elaborou um documento com orientações gerais aos Diretórios Regionais — para que discutam em suas áreas os subsídios para a política cultural do Partido — e com diretrizes que podem servir aos candidatos do PT em suas campanhas eleitorais.

Política cultural

O Grupo de Trabalho reúne-se desde junho e tem procurado implementar a formação da Secretaria Cultural. Seus integrantes estão convencidos de que somente com o Encontro Nacional de Cultura e com ampla consulta às bases nacionais será possível traçar a política cultural do Partido dos Trabalhadores. Em documento inicial enviado à Comissão Executiva Nacional, o grupo mostra que as questões culturais têm conteúdo político, e procura acentuar o caráter preponderante dos elementos culturais na vida prática e cotidiana da sociedade, especialmente quando eles assumem caráter de classe ou acobertam a rendosa indústria cultural.

Cinco itens

Como orientação aos candi-

datos do PT às eleições de 15 de novembro, o grupo da Secretaria Cultural esboçou cinco itens que procuram sintetizar as principais reivindicações nessa área:

1 — criação e aumento de recursos para as atividades culturais promovidas pela sociedade, uma vez que sem recursos financeiros nenhuma atividade cultural poderá expandir-se e desenvolver-se;

2 — autonomia nas instituições e organizações culturais, de modo que possam gerir seus recursos e atividades;

3 — democracia nas instituições e organizações culturais, pois sem ela o PT referendaria o autoritarismo dominante, que produz tanto a Censura quanto outras formas de controle ideológico;

4 — descentralização para as produções e para a circulação dos produtos culturais, mantendo-se as características regionais;

5 — circulação ampla das informações sobre as condições de produção cultural.

A Secretaria Cultural do Diretório Nacional do PT espera que cada Regional e cada Diretório encaminhem as discussões sobre esses temas em suas respectivas áreas. Por sua vez, o Grupo de Trabalho expedirá informações sobre a organização do Encontro. Enquanto isso, continuará fazendo o levantamento das várias políticas de cultura já implantadas no País, do qual deverá resultar amplo painel sobre o assunto, a ser apresentado e discutido aos participantes do Encontro.

TIRANDO O SARRO

O Buriti

Buriti, para quem não conhece, é uma palmeira que dá muito no Nordeste e que tem um fruto, um tipo de coquinho, que muitas vezes é transformado em uma pasta usada para fazer refrescos e doces.

O refresco de buriti é muito gostoso, mas para quem não está acostumado pode desarranjar o intestino, provocando uma disenteria da braba.

Dizem que quando o Petrônio Portela estava andando

pelo Brasil, escolhendo os eleitos por Geisel para os governos estaduais, chegou à Paraíba e começou aquela cerimônia do beija-mão, cada puxa-saco indicando seu candidato. Enquanto atendia à fila de arenistas, Portela ia saboreando jarras de refresco de buriti.

Quando acabou de ouvir todo mundo, zás, uma dor de barriga! Correu para a privada, enquanto a imprensa e os políticos esperavam na sala a sua definição.

Como ele não saía nunca da

privada, resolveu perguntar. Bateram na porta e perguntaram sobre o escolhido:

— Petrônio, quem é que foi? Mas, ele pensou que perguntavam "o que é que foi" que tinha provocado aquela disenteria, e respondeu:

— Foi o buriti! Assim, Tendo Buriti virou governador da Paraíba. MB

As excelências

Mário Américo, ex-massagista da seleção brasileira de

futebol, foi eleito vereador em São Paulo, pelos "votos úteis" de 1976.

Formalmente, ele era da oposição, mas na prática foi sempre um cavalo de Tróia dentro do antigo MDB, votando sempre a favor do Governo, até que a reformulação partidária o mandou de vez para o PDS.

Certa vez ele se sentiu ofendido pelo discurso de um opositor de verdade e sapecou um aparte: "Vossa Excelência está ofendendo a Minha Excelência". MB

PASSATEMPO

Palavras Cruzadas

1	2	3	4	5	6	★	7	8	9	10
11						12	★	13		
14							★	15		★
	★	16		★	17		18		★	19
★	20	★	21	22		★	23		24	
25		26			★	27				
28					29			★	30	
31								★	32	
33				★	34			35		★
36			★	37						38
★	★	39		★	40			★	41	

Horizontais

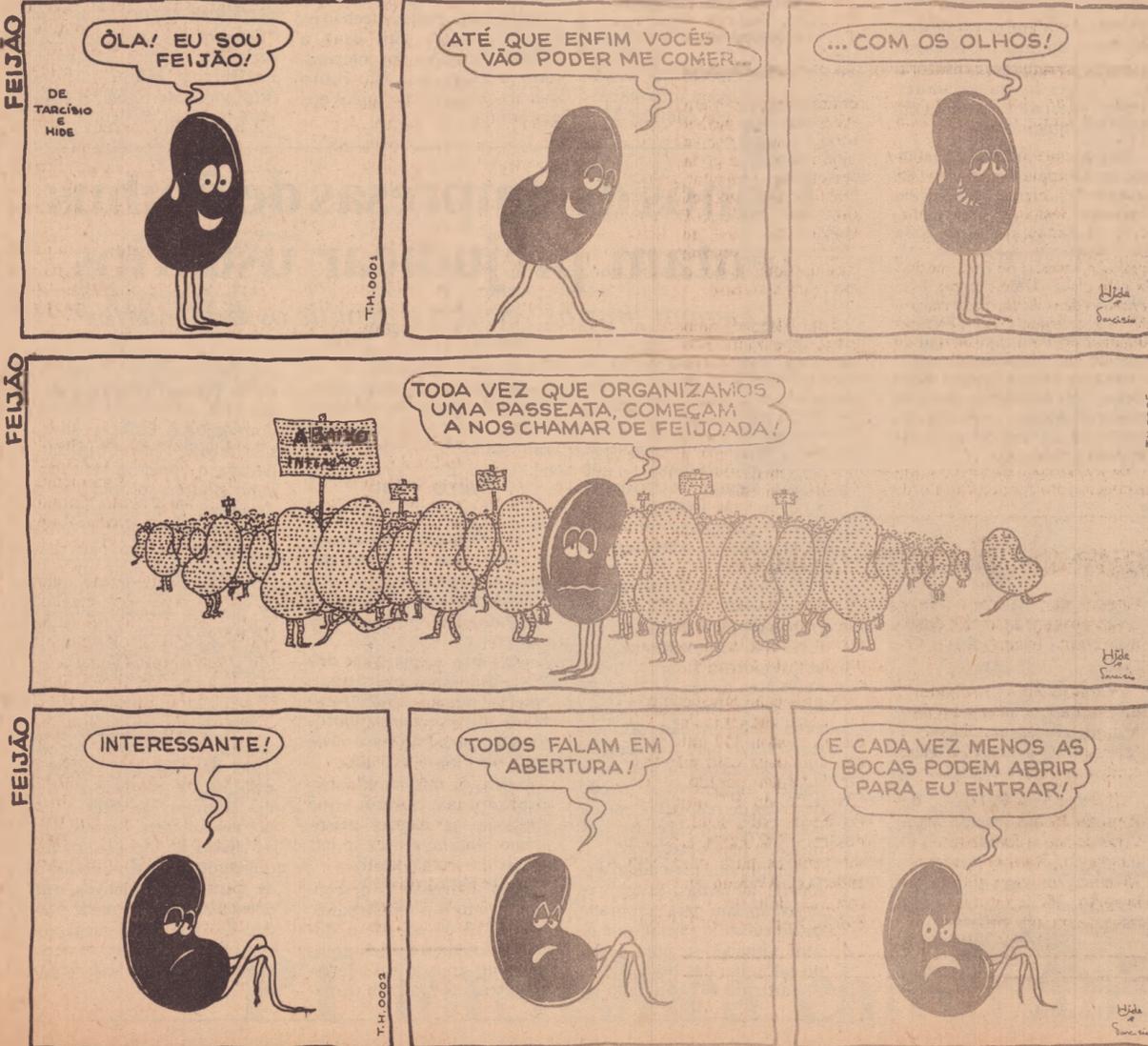
1 - Está cada vez mais cara e sem ela ninguém vive; 7 - Lugar raro, hoje em dia, pra gente morar decentemente; 11 - Doente; 13 - Forma reduzida de maior; 14 - O Eder joga nessa posição; 15 - Forma abreviada de Pronto-Socorro; 16 - Une duas palavras, indicando lugar; 17 - Quando a gente, em vez de dar pêsames, dá parabéns à família do morto; 21 - Exclamação quando se ganha algo que não se espera; 23 - Capacidade que o homem tem de pôr em prática uma idéia, valendo-se da sua experiência no assunto; 25 - Quem é excessivamente apegado ao dinheiro; 27 - Substância existente na urina; 28 - Tom de voz entre o tenor e o baixo; 30 - Abreviação de ano Domini (ano do Senhor); 31 - Encantador, fascinante...; 32 - Sigla de Rondônia; 33 - Cantor de sobrenome Seixas; 34 - Giria para dinheiro, tostão; 36 - O mesmo que ora; 37 - Quando não está longe...; 39 - Anfíbio comestível, comumente caçado em brejos; 40 - ... é uma só; 41 - Tristeza, compaixão...

Verticais

1 - Dá no pé e não há sapato que se agüente; 2 - Cabana ou palhoça dos índios, antes da FUNAI; 3 - Toma-se muito no Rio Grande do Sul; 4 - Palavra bonita que político usa em dia de discurso pra dizer ou que não se lembra ou que é antigo; 5 - O que o Governo anda dizendo que faz, porque estamos em época de eleição; 6 - Arma branca mais larga e maior que punhal; 8 - Medida da intensidade de corrente elétrica; 9 - Código internacional de pedido de socorro; 10 - Aquilo que anda tão poluído que nem dá para respirar; 12 - O mesmo que oi; 18 - Tipo de filme americano em que o índio é sempre bandido; 19 - No jogo do bicho, o 24º grupo, que abrange as dezenas 93, 94, 95 e 96; 20 - Transformação, transfiguração, metamorfose...; 22 - O que a cobra dá, quando a gente menos espera; 24 - Mitra do Pontífice; 25 - Comida baiana; 26 - Grunhir (o javali) ou mugir (o touro); 27 - Ato ou feito de untar, untadura; 29 - Dia anterior ao de hoje; 35 - Forma reduzida de tome; 38 - Quando não há ninguém por perto, você está...

8	+	3	-	6	=	5
+		x		+		
2	+	4	-	1	=	5
-		-		+		
1	+	9	-	2	=	8
=	9	=	3	=	9	

Resposta do número anterior



Os latifundiários destroem Maranhão

Governo ajuda a ocupação irracional das terras

José Salan e Vinício Macedo

Talvez pareça muito trágico dizer que está se levando à destruição um Estado da Federação. Mas infelizmente é a realidade que constatamos recentemente em viagem de férias ao nosso Estado, o Maranhão. Este fato está se dando devido a um sistema de ocupação das terras por parte de grupos empresariais financiados pelo próprio governo — a Sudene.

O Maranhão é um Estado que vive da agricultura e do extrativismo vegetal, e depende da lavoura e da extração do babaçu. E é exatamente esses dois tipos de produção que os grupos empresariais, compradores de terras no Maranhão, estão proibindo.

O método

Esses grupos de empresários são conhecidos na região do sertão maranhense como "os pernambucanos". Eles chegam nas pequenas cidades, compram todas as terras dos proprietários da região e a primeira atitude que tomam é proibir que os lavradores, residentes nessas terras, façam roças. Dão um prazo para que os lavradores saiam da terra, e, em seguida, começam a pressionar.

Geralmente o prazo é de poucos meses. Expirado o prazo, se alguns lavradores ainda não deixaram suas casas, por não terem para onde ir, eles dão novo prazo de 24 horas e já chegam com o caminhão e um trator, que deixam funcionando com a lâmina encostada à parede da casa.

O caminhão é para o lavrador colocar seus pertences e a família, para serem levados e jogados nas pontas de ruas da pequena cidade mais próxima. E o trator é para derrubar a casa e devorar seu quintal, que é um pequeno sítio.

Durante muito tempo trabalhando por aquela terra, dando boas condições de vida e riqueza para o seu patrão, o antigo proprietário, o que o lavrador recebe de volta é a expulsão, um caminhão para carregar sua mudança e às vezes uma irrisória quantia de Cr\$ 3.000,00, que não chega a pagar um só dia de serviço prestado.

A exploração

A relação existente entre o lavrador e o proprietário, que vende as terras, também era de uma exploração sem limites, nos moldes do "coronelismo": o lavrador faz a roça e é obrigado a dar boa parte de sua colheita como pagamento do aluguel da terra.

A quantidade varia desde 30% em ano de boa colheita, chegando quase à totalidade da produção, quando o inverno é ruim.

Fora isso, o lavrador é obrigado a vender para o patrão, pelo preço que este desejar — geralmente é o menor preço do mercado — boa parte daquilo que produz para comprar outros alimentos, roupas, calçados, remédios, etc. (que também são vendidos em lojas do patrão).

Muitas vezes o lavrador se

sente obrigado a vender seus legumes antes da colheita. O patrão os compra, por um preço humilhante, variando de 30 a 50% do preço da colheita.

Os currais

Mesmo assim o lavrador ainda via com "bons olhos" esse patrão, que deixava ele fazer roças em "suas terras".

A comprovação disso se vê quando da venda das terras para esses novos grupos empresariais, onde o lavrador se sente abandonado e traído. Essa relação, até certo ponto paternalista, entre o antigo dono da terra e os trabalhadores, serviu para fechar os olhos destes, amenizando os conflitos, impedindo uma possível organização, fortalecendo o clientelismo, de tal forma que as propriedades se constituem em currais eleitorais do patrão.

As marcas desse sistema de exploração são hoje evidentes na medida em que a ação violenta dos novos proprietários se dá sem nenhum nível de resistência. Tudo isso acontece diante do pasmo e da confusão mental do lavrador que foi pego de surpresa. Isto não acontece da mesma forma em todas as regiões do Estado, em um ou outro local a expulsão não ocorre pacificamente.

A destruição do Estado está se dando na devastação da floresta e na expulsão dos lavradores de suas moradias. Há casos, como o do primeiro distrito de Buriti-Bravo, Bacatuba, que já teve uma população de quase dois mil habitantes e foi totalmente destruído, hoje servindo de sede de uma fazenda. De mais de duzentas famílias que ali residiam, só restam três, que ficaram como funcionários da fazenda.

O financiamento

O financiamento para a compra e uso dessas terras, por esses grupos faz parte do incentivo que a Sudene está dando para a agroindústria. E o que eles fazem: devastam enormes áreas, tiram a madeira e depois semeiam capim para a criação de gado. Acontece que, pela composição e condições do solo, não dá capim, ele só "vinga" no primeiro inverno, depois seca e em seu lugar aparece um grande terreno vazio e sem condições de regenerar-se.

A não regeneração do solo é explicada pelo fato de que no Maranhão quase 80% das matas são babaçuais e eles, em seu equilíbrio, mantêm sempre a terra úmida, criando condições para a sobrevivência das plantas. Derrubadas essas palmeiras quebra-se o equilíbrio e, aos poucos, o Estado pode transformar-se em um deserto.

O lavrador sabe disso e não derruba a palmeira do babaçu, que, para ele e para quase todos os maranhenses, é uma planta quase sagrada, porque é dela que boa parte da população tira os recursos para sua sobrevivência, desde o óleo para comida, o carvão, até paredes, cerca e cobertura das casas.

O Governo, através de seus

órgãos, como o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nada faz para impedir essa destruição, nem sequer utiliza as minguadas leis que protegem as matas e o próprio babaçu.

A organização

Aos olhos de quem está sendo atingido diretamente, num primeiro momento, o novo proprietário aparece como único carrasco.

Mas a indiferença do Governo, ou sua omissão em relação a qualquer providência que beneficie os lavradores, ou até mesmo a atitude conivente com a violência dos proprietários, faz com que aos poucos fique claro para os trabalhadores que Governo e patrão são farinha do mesmo saco.

Também fica claro que está havendo uma mudança violenta nas prioridades da política agrícola do País.

Cada região, por mais pobre que seja, passa a ser encarada como fonte imediata de lucros para os grupos econômicos ou para o próprio Governo.

Dentro desse ponto de vista, o trabalhador rural não tem vez, é tratado como empecilho a essa política. Os moradores são despejados de suas casas, mediante ameaças, maus-tratos, sem destino certo e sem nenhuma perspectiva de sobrevivência. De porta em porta, alguns conseguem moradia junto a alguns proprietários locais, cujas fazendas ainda não foram vendidas e funcionam no antigo sistema de exploração.

Porém, a maioria desses trabalhadores com suas enormes famílias acaba chegando às pequenas cidades, engrossando as fileiras de desempregados e marginais, pois as cidades não têm meios de absorver tanta gente, além de que os administradores não estão preocupados em criar condições para que esse pessoal trabalhe e sobreviva.

Boa parte dos sindicatos rurais tem-se mostrado totalmente alheia a essa problemática demonstrando desconhecimento da real situação dos lavradores e de quais são seus direitos.

Foi nessas condições que, em Buriti-Bravo, foram realizadas reuniões com lavradores para se começar a encarar o problema e ver algumas providências a serem tomadas para melhorar as condições dos trabalhadores, mesmo já sendo a expulsão um fato consumado.

Dessas reuniões, com participação de mais ou menos 300 lavradores, formou-se uma comissão para levantar as principais reivindicações. A comissão pretende junto ao sindicato — que poderia prestar algum apoio material — encaminhar os trabalhadores às autoridades locais, para alguma solução. E, além disso, continuar as reuniões com a perspectiva da formação de uma corrente sindical mais identificada com as lutas e interesses dos trabalhadores.

JORNAL DOS Trabalhadores

ANO I — N.º 12 — QUINZENAL — 10 de setembro de 1982 — Cr\$ 50,00



As dificuldades do diálogo

O problema existe desde fevereiro do ano passado. Porém, dia 19 de agosto último, foi a primeira vez que uma autoridade do Estado foi dialogar com os colonos sem terra assentados provisoriamente em Nova Ronda Alta, a 400 quilômetros da capital gaúcha. Embora tenham ouvido do secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, José Marques da Rocha, a desculpa de que o Estado não tem verbas para

financiar a aquisição de terras, os agricultores destacaram o fato e até agradeceram ao secretário a sua presença. Renovaram as reivindicações para melhorar as condições de vida das famílias acampadas e receberam a promessa de atendimento. Mas a solução definitiva para os sem-terra ainda é uma incógnita a preocupar muita gente.

Pescadores tiram santo da "prisão"

O interventor na junta governativa da colônia de pescadores Z 20 em Santarém, no Pará — segundo "O Leme", boletim da Comissão Pastoral dos Pescadores — cancelou a procissão naquela localidade na véspera da festa de seu padroeiro, São João. Os pescadores não reconheceram a proibição e realizaram sua procissão anual.

Abusos

A insatisfação dos pescadores se iniciou quando uma série de abusos ocorreram em sua entidade de classe, por diretores estranhos à categoria, nomeados pelo interventor na Federação Estadual dos Pescadores do Pará, tenente José Raimundo Vieira da Rocha. A aprovação de contas irregulares, a existência de um falso débito dos pescadores no valor de quase um milhão de cruzeiros, a prisão ilegal de pescadores são fatos que se tornaram rotina na administração dos interventores na colônia.

Pescadores reagem

O interventor na Federação recusou-se a aceitar um conselho fiscal composto por pescadores, e empossou uma diretoria presidida por Manoel Mo-

raes que aprovou as contas irregulares sem consultar a categoria. Os pescadores reagiram a essas arbitrariedades e convocaram reuniões, fizeram abaixo-assinados e exigiram a convocação de eleições livres e diretas para a direção da colônia Z 20.

Mais abusos

Mas o interventor recusou-se a atender às reivindicações dos pescadores e continuou com sua conduta de total desprezo à categoria. Os desmandos do interventor chegaram a tal ponto que ele decidiu cancelar a procissão anual que os pescadores realizam em comemoração ao dia de São João, seu padroeiro.

Libertando o padroeiro

Ao tomar conhecimento da proibição, os pescadores reuniram-se em assembléia. As 400 pessoas presentes decidiram libertar a imagem do santo padroeiro, que se encontrava trancada em um quarto da colônia, de portas fechadas. Pacificamente, sem usar a violência habitual dos interventores, a imagem de São Pedro saiu em procissão nas mãos dos pescadores.

Produção autônoma

PORTO ALEGRE (RS) — O resultado da primeira produção coletiva de Nova Ronda Alta (500 quilos de rabanetes) foi distribuído pelos próprios agricultores às famílias de operários (flageladas pelas chuvas) que habitam as margens do rio Gravataí, no município de Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre.

Com esse gesto os agricultores retribuíram a solidariedade que receberam dos trabalhadores urbanos durante o tempo em que estiveram acampados à beira da estrada, reivindicando terras para trabalhar.

Em breve discurso, o representante dos agricultores sem terra enfatizou que "esta é a nossa maior prova de que não somos vagabundos, como afirmavam muitos".

Eles lembraram aos moradores das vilas que a "luta continua", explicando que as 200 famílias que vivem nos 108 hectares de terras de Nova Ronda Alta precisariam no mínimo de 20 hectares por família para viver com dignidade.

Os colonos entendem que a luta entra numa nova etapa: "Estamos provando que quem dizia que éramos vagabundos estava com outros interesses. Nós queremos trabalhar a terra para produzir alimentos".

Donos de empresas de ônibus tentam prejudicar usuários

Queriam tirar os veículos e demitir os empregados

Samuel Alves F. Filho

SÃO LUIS (MA) — Os proprietários de empresas de ônibus de São Luís desencadearam um boicote contra os usuários, durante os dias 11 e 12 de agosto, tirando de circulação 40% de suas frotas e ameaçando desemprego em massa de motoristas, cobradores e fiscais.

Em nota publicada na imprensa local, o sindicato patronal alinhou inúmeros fatores que teriam forçado os empregados a fazer o "lock-out": uma dívida de Cr\$ 400 milhões da Prefeitura Municipal para com eles, oriunda do subsídio para a concessão da meia-passagem aos estudantes, aumento nos preços de peças de reposição, encargos sociais e o excessivo número de meias-passagens.

Sempre que pretendem aumentar as tarifas, os empresários apelam para a cobrança do subsídio oficial, que já vem tornando-se uma pedra no calcanhar das autoridades. A partir de 1979, quando os

estudantes conquistaram, a duras penas, a meia-passagem, as majorações de transportes coletivos têm sido galopantes.

Ferro velho

Os ônibus em São Luís são os mais caros do Brasil, paradoxalmente ao lado de uma baixíssima renda per capita. As passagens mais baratas custam Cr\$ 27,00 e Cr\$ 33,00. No entanto, a qualidade dos serviços das empresas é péssima. Os ônibus, que são "ferro velho", oferecem aos usuários somente superlotação, desconforto e risco de vida.

Cerca de 800 motoristas, cobradores e fiscais, que chegaram a receber aviso-prévio, foram protestar nas portas do seu sindicato.

Para apaziguar o descontentamento dos empregados, no dia 13 de agosto, o sindicato dos empregados, notoriamente atrelado aos interesses oficiais, emitiu um comu-

nicado levando ao conhecimento público que as atividades das empresas estavam normalizadas, e que as demissões haviam sido revogadas, porque o Governo teria encontrado uma solução para o problema. É fácil depreender que o Governo lançou uma ducha fria no fogo, para que não explodisse mais um caldeirão neste período eleitoral. O mal foi apenas aliviado temporariamente, pois o deficiente sistema de transportes coletivos é uma chaga crônica.

Em nota divulgada nos jornais, o Diretório Municipal de São Luís do PT denunciou a falsidade da crise das empresas de ônibus: "A população sofre, nestes dias, os efeitos de um boicote arquitetado pelos empresários de transportes coletivos, que ameaçam paralisar as atividades de São Luís, alegando uma falsa crise que se teria abatido sobre os seus negócios".



A ganância dos grandes latifundiários está destruindo a terra no Maranhão